

Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização*

O MAIS IMPORTANTE PRODUTO DA HISTÓRIA ECONÓMICA PORTUGUESA

O vinho do Porto constitui, sem dúvida, o mais importante produto da história económica portuguesa dos últimos três séculos.

Por um lado, porque se trata do mais dinâmico sector económico português daquele período. A produção da região demarcada aumentou 0,9 % ao ano entre 1772-73 e 1985-86; as exportações cresceram 1,6 % ao ano entre 1678-79 e 1985-86 e as receitas outro tanto desde o início do século XIX; os preços à produção e à exportação acompanharam *grosso modo* a tendência geral do sector; e a área geográfica do vinho alargou-se consideravelmente. Durante grande parte do século XVIII, praticamente só a Inglaterra comprou vinho do Porto, mas hoje em dia não só toda a Europa o bebe, como o seu consumo se estende a novos mercados com grandes potencialidades: o Japão, a China, a Austrália e os Estados Unidos da América¹.

Por outro lado, porque durante mais de dois séculos as receitas do vinho do Porto representaram cerca de 1/5 do valor total das exportações nacionais² e contribuíram fortemente tanto para a arrecadação de meios de pagamento sobre o exterior, como para o equilíbrio da balança comercial³.

Por outro lado ainda, pelo rendimento que o Estado retirou da cobrança dos impostos directos e indirectos sobre a produção, transporte e comercialização do vinho do Porto. Grande parte do desenvolvimento infra-estrutural, artístico e cultural da região duriense e da cidade do Porto foi pago pelo vinho do Porto. Foi ele que financiou a construção de estra-

* Este artigo é o desenvolvimento da comunicação apresentada ao Colóquio sobre «Os vinhos do Norte de Portugal», que se realizou na Fundação Eng.º António de Almeida, no Porto, em Novembro de 1987, e uma síntese do trabalho desenvolvido nos últimos anos no Instituto de Ciências Sociais, no âmbito do projecto «As relações entre o Estado e a sociedade civil: o caso do sector do vinho do Porto», dirigido por António Barreto.

¹ Este último não é um mercado recente, mas é um mercado a refazer.

² Mais precisamente 18,8 % entre 1776 e 1986. Até à segunda guerra mundial, o peso do vinho do Porto na estrutura do comércio externo português foi superior, representou cerca de 1/4 do valor total das exportações.

³ Durante grande parte do século XIX, o vinho do Porto pagou mais de 20 % das importações portuguesas. Entre 1825 e 1900, a taxa de cobertura das importações pelas exportações de vinho do Porto oscilou entre os 30 % em 1825-29 e os 13 % em 1895-99.

das no Douro⁴, as obras de navegabilidade do rio⁵, a criação de uma Aula de Comércio no Porto e algumas das obras públicas desta cidade⁶. E foi ainda o vinho do Porto que ajudou periodicamente o Estado a amortizar parte das suas dívidas⁷, a pagar as despesas de guerra⁸, os estudos menores⁹ e outros encargos financeiros. Para se avaliarem as receitas que o Estado retirava deste sector, basta dizer que, em meados do século XIX, o Douro pagava os impostos gerais e mais 300 a 400 contos de réis anuais pelo vinho que exportava, o que equivalia a uma sobrecarga de 15\$000 a 16\$000 em cada pipa.

E, finalmente, porque foi o primeiro sector económico português a estruturar as suas relações e formas de produção em moldes capitalistas. O comércio do vinho do Porto fez do Douro uma região de monocultura e de economia de mercado, totalmente dependente do exterior (das exportações e dos agentes comerciais). A vida das populações durienses passou a estar fortemente condicionada pela produção e comercialização do vinho do Porto e a economia regional subordinada a um único produto, o vinho, com uma única saída, a exportação¹⁰.

Por tudo isto, o sector do vinho do Porto foi o primeiro a ser objecto da intervenção regular e sistemática do Estado na sua organização económica. De facto, desde que, em 1756, o marquês de Pombal fundou a Companhia das Vinhas do Alto Douro, delimitou a área produtora e regulamentou a produção e o comércio do vinho, que praticamente todos os governos e regimes se preocuparam com o fomento e a regularidade deste comércio. Assim, sucederam-se os decretos e os alvarás regulamentando até ao mais ínfimo pormenor a produção, o fabrico, o transporte, a armazenagem e a comercialização do vinho; as medidas proteccionistas, os privilégios, os monopólios e os exclusivos destinados a proteger o vinho da concorrência interna e externa dos outros vinhos, a preservar a sua qualidade e genuinidade, a manter os preços a um nível relativamente elevado, a controlar a produção e a assegurar a regularidade do comércio. Este último aspecto constitui, aliás, a principal preocupação de quase todos os governos: manter regularizada e controlada a produção e o comércio de

⁴ O primeiro imposto criado com este fim data de 1788 e incidia sobre o vinho de embarque (\$200 por pipa) e de ramo (\$100 por pipa) carregado pela Companhia das Vinhas do Alto Douro, ou por particulares. Este imposto foi prorrogado várias vezes no século XIX.

⁵ Em 1780 foi instituído um imposto de \$400 por pipa de vinho e aguardente transportada pelo rio Douro para as obras do Cachão da Valeira.

⁶ O imposto para as obras públicas da cidade data de 1763 e recaía sobre o vinho consumido nesta cidade.

⁷ Em 1800 foi imposto o primeiro direito adicional sobre o vinho para pagamento dos juros reais e amortização dos prazos. O direito, no valor de 4\$000 por pipa de vinho de embarque e 2\$400 de ramo, recaía sobre todo o vinho que entrava no Porto.

⁸ Como foi o caso, por exemplo, em 1772 e entre 1808 e 1821. Em 1772, o regimento de guarnição do Porto passou a ser pago com os rendimentos de um novo imposto sobre o vinho de embarque e de ramo que entrava na cidade (\$600 em pipa). Em 1808, a Junta do Supremo Governo Interino do Porto criou um outro imposto, de 4\$800 por pipa de vinho exportado, para sustentar os exércitos e no ano seguinte um imposto adicional de \$600 por pipa para as despesas de guerra.

⁹ Custeados pelo subsídio literário que incidia sobre a produção de todos os vinhos.

¹⁰ Só muito recentemente o mercado interno começou a absorver quantidades significativas de vinho do Porto. Actualmente, o consumo interno representa 11 % do consumo mundial de vinho do Porto, mas no início do século não ultrapassava 1 % a 2 %.

um produto que contribui para uma parte importante do rendimento nacional e para o equilíbrio da balança comercial.

Ora a regularidade do comércio do vinho do Porto pouco dependeu, nestes três séculos, dos condicionalismos político-económicos internos e das flutuações anuais da produção. Em primeiro lugar, porque o benefício só contemplou uma parte da produção, geralmente menos de metade¹¹. Depois, porque a lei só permite exportar 1/3 do vinho em depósito. E, por último, porque a área plantada de vinha no Douro sempre foi muito inferior à área demarcada¹². O que mais fortemente condicionou o comércio foi a situação do mercado vinícola internacional, a situação económica dos principais países consumidores e a situação político-militar mundial. E também aspectos como a moda, o gosto e a qualidade do produto, o nível de vida das populações, as taxas de importação e os acordos comerciais. Isto é, situações e aspectos que ultrapassam a capacidade de intervenção do Estado.

Daí que as formas de intervenção do Estado na região e no sector tenham variado, em função não só da situação política e económica interna, como também da conjuntura internacional.

OS CICLOS DO VINHO DO PORTO

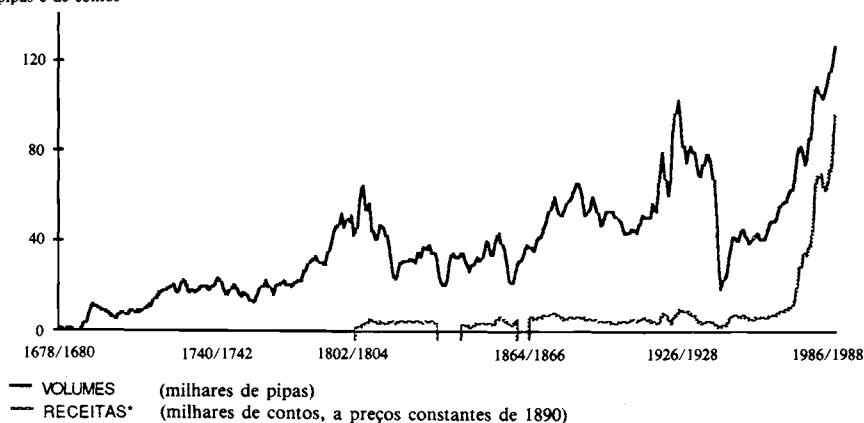
Os ciclos da história de um produto cuja vida depende da exportação teriam fatalmente de coincidir com os ciclos do seu comércio externo. Assim, a periodização que propomos neste artigo para a história do vinho

Comércio externo do vinho do Porto — volumes e receitas

[GRÁFICO 1]

(Médias móveis de 3 anos)

Milhares de
pipas e de contos



¹¹ Chama-se benefício à parte da produção com direito a ser transformada em vinho do Porto. É um tecto quantitativo anualmente determinado pelas autoridades da região. Do montante global deduz-se a qualidade que cada viticultor pode «beneficiar». O benefício só contemplou mais de 50 % da produção vinícola da região demarcada em 1838, de 1840 a 1842, de 1853 a 1858, de 1860 a 1864, em 1919, 1924, 1925, 1937, 1973, de 1976 a 1978 e em 1986.

¹² A área plantada de vinha representa actualmente cerca de 1/10 da área demarcada.

do Porto parte da análise do modo como evoluiu e se comportou ao longo do tempo o comércio do vinho do Porto.

Não obstante, na caracterização dos ciclos tiveram-se em conta todos os aspectos que directamente se ligam e influem na história do vinho, e que vão da produção à exportação, dos preços às formas de comercialização, das receitas aos mercados, dos encargos fiscais às taxas alfandegárias, da diplomacia à política do Estado para o sector e da conjuntura externa à situação interna.

Embora não se tenham verificado rupturas significativas nos fluxos comerciais, as exportações de vinho do Porto conheceram, nos últimos três séculos, períodos de maior ou menor expansão e fases de relativo abatimento ou mesmo de recessão¹³. As receitas e os preços também atravessaram um longo período de baixa e mesmo de queda acentuada¹⁴ e os mercados evoluíram de forma diferenciada no tempo, estagnando e decaindo o consumo nuns e aumentando noutros¹⁵. A produção regional, por seu lado, aumentou, regra geral, mais rapidamente do que o comércio, o que ocasionou crises periódicas de sobreprodução e armazenamento, cortes no benefício e queda dos preços à produção¹⁶. O Estado interveio de forma mais liberal ou proteccionista, consoante a orientação político-económica dominante, os interesses que defendia prioritariamente, a situação económica nacional e as necessidades das finanças públicas e da balança comercial.

Tendo em conta todos estes aspectos, estabelecemos a seguinte periodização:

- 1.º ciclo (1678 a 1810) — formação, consolidação e organização da produção e do comércio do vinho do Porto;
- 2.º ciclo (1811 a 1864) — estagnação e instabilidade;
- 3.º ciclo (1865 a 1939) — relançamento, diversificação e reorganização;
- Interciclo (1940 a 1944) — colapso do comércio;
- 4.º ciclo (1945 a 1987) — recuperação, evolução e expansão.

1.º CICLO (1678 A 1810): FORMAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO DO VINHO DO PORTO

Este 1.º ciclo corresponde à fase de criação do produto e de formação e consolidação do seu mercado, de organização e desenvolvimento do comércio, de estruturação e regulamentação da produção e de intervenção proteccionista do Estado na região e no sector do vinho do Porto.

¹³ Veja-se o modo como cresceram as exportações de vinho do Porto no quadro 2., a) (em anexo).

¹⁴ Siga-se a sua evolução no quadro 2., b) (em anexo).

¹⁵ A evolução das exportações para os diferentes mercados encontra-se registada nos quadros 2., c) e 2., d) (em anexo).

¹⁶ A produção média regional e o benefício constam do quadro 1. (em anexo).

Entre 1678 e 1810, as exportações de vinho do Porto aumentaram de forma regular e sem grandes oscilações, 3,5 % ao ano (1678-79 a 1800-09), e, no final do século XVIII, este produto constituía, conjuntamente com o algodão brasileiro e o açúcar, um dos três principais artigos do comércio externo português e o primeiro do comércio metropolitano. As suas receitas representavam cerca de 15 % das receitas totais¹⁷ e mais de 20 % das receitas dos produtos metropolitanos e cobriam praticamente 13 % das importações.

O crescimento e a consolidação do comércio do vinho do Porto fizeram-se contudo graças a um único mercado, o inglês, que absorveu quase todo o vinho exportado nestes 132 anos¹⁸. Em finais do século XVIII, o vinho do Porto era o vinho mais consumido na Inglaterra (ocupava mais de 60 % deste mercado) e os Ingleses dominavam o seu comércio. Grande parte das firmas exportadoras estabelecidas na cidade do Porto eram inglesas¹⁹, assim como eram ingleses, ou seus representantes, os comissários que iam ao Douro comprar o vinho aos produtores.

As solicitações do mercado fomentaram o alastramento desordenado da cultura da vinha na região duriense e um pouco por todo o País, o que, a médio prazo, provocou situações de sobreprodução e de queda dos preços que levaram o Estado a intervir pela primeira vez na região e no sector do vinho do Porto em 1756 (sob Pombal), instituindo a Real Companhia dos Vinhos do Alto Douro, demarcando a região produtora de vinhos de feitoria, de embarque e de ramo e regulamentando a sua produção, transporte e comercialização. Uns anos mais tarde (em 1776 e 1777) protegeu-se o comércio da concorrência dos restantes vinhos portugueses, proibindo a exportação destes e reservando a barra do Douro exclusivamente para o vinho do Porto.

FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PRODUTO E DO MERCADO

Embora se exportasse vinho de Ribadouro para várias praças da Europa pelo menos desde o século XV, o comércio regular deste vinho data do último quartel do século XVIII e tem como principal destino a Inglaterra.

Os sucessivos entraves colocados pela Inglaterra à importação de vinhos franceses na segunda metade do século XVII²⁰ forçaram os negociantes britânicos a procurarem vinhos alternativos para abastecer o mercado²¹. Assim, na década de 1660, os feitores ingleses aumentaram as suas compras de vinhos na região duriense e em 1670 funda-se no Porto a mais antiga firma inglesa ligada ao comércio dos vinhos de Ribadouro, a Warre.

¹⁷ As receitas do açúcar e do algodão contribuíram para cerca de 20 % cada.

¹⁸ A Inglaterra importou 94 % do vinho exportado neste período, o Brasil 0,8 % e os restantes 4,8 % destinaram-se à Holanda, Alemanha, Rússia, Itália, França, Espanha, etc.

¹⁹ A Warre, a Croft, a Quarles Harris, a Taylor Fladgate e Yeatman, a Morgan Brothers, a Offley Forrester, a Hunt, Roop, Teage & C.^a, a Smith Woodhouse, a Sandeman, a Adam Standart, a Ricardo Tisuel e a Estêvão Heraut. Para além destas havia ainda firmas alemãs, holandesas, francesas, portuguesas e mistas. De todas, a mais antiga é a Kopke, fundada em 1638 pelo alemão Cristiano Kopke.

²⁰ Em 1660, a Inglaterra aumentou em 300 % as taxas alfandegárias sobre os vinhos franceses e em 1667 proibiu por três anos a sua importação.

²¹ Os vinhos franceses representavam cerca de 80 % do consumo inglês de bebidas alcoólicas.

O comércio dos vinhos do Douro para a Inglaterra desenvolveu-se de tal modo nas décadas de 1660 e 1670, que em 1675 o vinho começara já a ser conhecido pela designação de vinho do Porto e, em 1678, a Alfândega do Porto passa a fazer o registo anual das quantidades exportadas para aquele país. A partir deste ano pode-se seguir a evolução das exportações para a Inglaterra, país considerado geralmente o único cliente do vinho do Porto até ao último quartel do século XVIII²².

O comércio com a Inglaterra cresceu rapidamente na viragem do século XVII para o século XVIII (passou de 3800 hl/ano em 1678-79 para 48 400 hl em 1690-99 e 104 400 hl em 1720-29) e em finais do século XVIII (subiu de 131 000 hl/ano na década de 1770 para 282 000 hl duas décadas depois). Os momentos de estagnação e mesmo de recessão, que conheceu entre 1730 e 1760²³, não afectaram a tendência geral para o crescimento regular e sustentado das exportações²⁴. As exportações de vinho do Porto para a Inglaterra aumentaram 1,2% ao ano entre finais de Seiscentos e finais de Setecentos, o que significa que cresceram mais rapidamente do que o comércio vinícola britânico, que aumentou 0,9% ao ano no mesmo período. Por isso, e também porque a Inglaterra se apresentava então como o mais dinâmico mercado mundial, quer pela sua dimensão, quer pelo seu padrão de vida, o desenvolvimento e a consolidação do comércio e da produção de vinho do Porto não foram prejudicados pela sua dependência de um único mercado. A procura inglesa sustentou o aumento da produção regional²⁵ e absorveu praticamente todo o vinho produzido na região demarcada²⁶.

De facto, se, no terceiro quartel de Seiscentos, o vinho do Porto ainda era muito pouco conhecido dos Ingleses (representava cerca de 2% das importações vinícolas), na viragem do século já o seu consumo aumentara

²² Até ao estabelecimento das *Balanças Gerais do Comércio*, no último quartel do século XVIII, não há registos de exportações para outros destinos. Por isso, durante muito tempo considerou-se que, até 1778, todo o vinho exportado se destinava exclusivamente à Inglaterra, donde era reexportado para outros países. Todavia, as *Balanças Gerais do Comércio* de 1776 e 1777 registam o envio de quantidades apreciáveis de vinho para vários mercados, nomeadamente para o Brasil (3748 pipas), Holanda (198 pipas), Angola (196 pipas), Hamburgo (112 pipas), Rússia (7 pipas), França (6 pipas) e, evidentemente, Reino Unido (52 531 pipas). Para além disto, há que ter em conta que estavam estabelecidas no Porto firmas exportadoras de vinho do Porto pertencentes a holandeses, alemães, franceses e de outras nacionalidades, como é o caso, por exemplo, da Kopke, Burmester, Lamouse, Vanzeller, etc.

²³ Veja-se o gráfico 1. As exportações para a Inglaterra atravessaram a sua pior fase na década de 1750 (desceram cerca de 20%), em parte devido à contracção da procura inglesa (da ordem dos 4%), fruto da crise político-militar e financeira que atingiu então o país, e em parte em consequência da recuperação do consumo de vinhos espanhóis, cuja importação na Inglaterra aumentou 90% relativamente à década de 1740.

²⁴ Evolução das exportações de vinho do Porto para a Inglaterra (média anual em milhares de hectolitros):

1678 a 1699 =	24,0
1700 a 1729 =	69,4
1730 a 1759 =	97,3
1760 a 1789 =	127,9
1790 a 1809 =	238,9

²⁵ A produção vinícola da região demarcada do Douro subiu de 152 000 hl em 1772-74 para 220 000 hl em 1785-89, 295 000 hl em 1790-94 e 374 000 hl em 1800-04.

²⁶ Entre 1772, data dos primeiros arrolamentos de vinho na região demarcada, e 1809,

substancialmente e se difundira um pouco por todo o país²⁷ e a partir da década de 1740 estava perfeitamente consolidado²⁸. Entre 1740 e o final do século, cerca de 75 % do vinho comprado pela Inglaterra no mercado internacional era português e, deste, 90 % era vinho do Porto²⁹. Uma parte do vinho importado destinava-se à reexportação (entre 10 % e 15 %), prática comercial muito usada pela Inglaterra³⁰, mas o seu principal destino era o mercado local.

A historiografia portuguesa, por desatenção ou por obsessão, conferiu especial importância ao Tratado de Methuen, que considerou o factor determinante da expansão do comércio do vinho do Porto com a Inglaterra. Hoje dá-se ao Tratado o seu devido valor³¹ e interpreta-se a «descolagem» deste comércio, que lhe é anterior e por isso lhe não está completamente sujeita, essencialmente em função da conjuntura política e económica da época.

a Inglaterra importou 74 % do vinho arrolado. A exportação total destes anos representou 82 % da produção duriense.

²⁷ Entre 1697 e 1709, o vinho do Porto constituiu 29,1 % das importações vinícolas totais.

²⁸ Evolução das importações vinícolas inglesas:

Décadas	Vinho do Porto	Vinhos espanhóis	Vinhos franceses
1730-39	47 %	41 %	3,1 %
1740-49	72 %	13 %	2,2 %
1750-59	59 %	26 %	3,0 %
1760-69	65 %	22 %	2,8 %
1770-79	79 %	21 %	3,0 %
1780-89	79 %	17 %	7,9 %
1790-99	75 %	18 %	6,9 %
1800-09	57 %	23 %	10,6 %

²⁹ Entre 1697 e 1809, a Inglaterra importou 513 300 milhões de galões imperiais de vinho. Destes, 64 % foram vinhos portugueses, 28 % espanhóis, 4,6 % franceses e 1,5 % alemães.

³⁰ Dos vinhos peninsulares, o mais reexportado foi o espanhol (cerca de 30 %), provavelmente por ser mais barato e por ter grande aceitação nas colónias britânicas.

³¹ Que é o de ter facilitado as exportações de vinhos portugueses para a Inglaterra, na medida em que lhes concedeu direitos de importação mais favoráveis. Com a assinatura do Tratado, os vinhos portugueses passaram a pagar à entrada na Grã-Bretanha taxas substancialmente inferiores às dos vinhos franceses (2/3 destes), situação que, aliás, já se verificara anteriormente. Desde a segunda metade do século XVII que, invocando sobretudo razões de ordem política, a Inglaterra tinha penalizado por várias vezes as importações de produtos franceses. Em 1660 quadruplicara as taxas de importação dos vinhos franceses (subiram de 4 libras para 16 libras por tonel) e em 1686 e 1697 voltara a agravá-los com direitos duas vezes superiores aos dos vinhos peninsulares (respectivamente 53 libras aqueles e 24 libras estes em 1686 e 47 libras e 21 libras em 1697). A questão das taxas alfandegárias, comumente invocada para explicar e justificar avanços ou recuos do comércio, é, no caso específico do vinho do Porto, frequentemente secundária e inconsequente, uma vez que o seu agravamento ou a sua redução nem sempre se repercutem do mesmo modo, ou até não se repercutem de todo. Assim, por exemplo, nas décadas de 1780 e 1790, as importações inglesas de vinho do Porto não diminuíram, não obstante a equiparação dos direitos destes e dos vinhos espanhóis e a aproximação dos franceses. Em 1786, os vinhos portugueses passaram a pagar 4 xelins e 2 dinheiros por galão, os espanhóis 4 x. e 3 d. e os franceses 8 x. e 8 d. Em 1787, os dois primeiros pagavam o mesmo, 3 x. e 6 d., e os franceses 6 x. e 2 d. E um ano depois, 3 x. os vinhos portugueses e espanhóis e 4 x. e 6 d. os franceses. Todavia, as importações de vinhos portugueses subiram de 12,6 milhões de galões imperiais em 1770-84 para 26,7 milhões em 1800-09.

AS RIVALIDADES POLÍTICO-ECONÓMICAS E COLONIAIS FRANCO-BRITÂNICAS E O INTERESSE INGLÊS EM PENETRAR NO CIRCUITO ECONÓMICO LUSO-BRASILEIRO NA BASE DA EXPANSÃO DO VINHO DO PORTO NA INGLATERRA

Desde a segunda metade do século XVII que a França e a Inglaterra se envolveram em sucessivas hostilidades político-militares e em rivalidades comerciais e coloniais, que levaram os Ingleses a dificultar e mesmo a proibir temporariamente as importações de produtos franceses. Como a Inglaterra era então, juntamente com os Países Baixos, o maior importador mundial de vinhos e a França o seu principal fornecedor, os agravamentos dos direitos de importação impostos em finais do século XVII aos vinhos franceses³² e o boicote oficial e popular à sua importação, nas décadas de 1660 e 1680 e a partir de 1702³³, funcionaram, simultaneamente, como forma de retaliação económica contra a França e meio de equilibrar a sua balança comercial³⁴ e como motor do desenvolvimento do comércio vinícola português com o Reino Unido.

Para substituir os vinhos franceses, os Ingleses contavam com os vinhos espanhóis e portugueses. Da concorrência que inicialmente se estabeleceu entre o vinho do Porto, das Canárias e de Jerez³⁵ saiu vencedor o vinho do Porto. Não tanto pela sua «bondade natural»³⁶, mas sobretudo por razões de ordem económica e política. Portugal era um velho aliado da

³² A Inglaterra agravou as taxas de importação dos vinhos franceses em 1660, 1686, 1693 e 1697.

³³ As importações estiveram proibidas entre 1667 e 1669, de 1679 a 1685 e entre 1702 e 1713. No final da Guerra da Sucessão de Espanha, a população inglesa apoiou entusiasticamente a rejeição pela Câmara do acordo mercantil com a França (negociado em 1713). Sobre este assunto ver Fernand Braudel, «O jogo das trocas», in *Civilização Material, Economia e Capitalismo — Sécs. XV-XVIII*, t. II, Lisboa, Rio de Janeiro, 1985.

³⁴ A balança comercial franco-britânica era desfavorável à Inglaterra (pelo menos era essa a opinião generalizada), devido, em grande parte, às importações de vinhos, mas também de produtos manufacturados franceses.

³⁵ Evolução das importações inglesas de vinhos portugueses e espanhóis (média anual em milhões de galões):

Décadas	Vinhos portugueses	Vinhos espanhóis
1690-99	1,2	1,9
1700-09	1,7	1,1
1710-19	1,9	1,5
1720-29	2,7	1,8
1730-39	2,4	1,9
1740-49	2,7	0,4
1750-59	2,1	0,8
1760-69	2,6	0,7
1770-79	2,5	0,7
1780-89	3,0	0,6
1790-99	5,1	1,3
1800-09	5,3	2,0

³⁶ Não obstante, graças à iniciativa e ao trabalho dos exportadores, comissários e produtores, o vinho se ter modificado de modo a satisfazer o gosto dos consumidores ingleses, que pretendiam uma bebida que fosse «huma polvora incendiada no queimar, huma tinta de escrever na côr, hum Brazil na doçura e huma India no aromático» (in «Resposta dos Comissários Veteranos de Cima Douro à Carta com as Novas Instruções da Feitoria Inglesa», datada de 1754).

Grã-Bretanha e, principalmente, controlava o circuito comercial do ouro do Brasil, ao qual os Ingleses desejavam e necessitavam de ter acesso. Assim, através do comércio vinícola, a Inglaterra conseguiu criar dificuldades económicas à França e penetrar no espaço económico luso-brasileiro. As importações de vinhos portugueses aumentaram muito rapidamente no último quartel do século XVII e em 1690 já tinham atingido os 55 200 hl/ano (quase 2/5 do comércio vinícola britânico). A «descolagem» do comércio do vinho do Porto com a Inglaterra data portanto de finais da década de 1680. As exportações subiram de 3100 hl em 1678-87 para 7700 hl em 1688-89, 50 200 hl em 1690-94 e 46 600 hl em 1695-99. Posteriormente estabilizaram nos 45 000 hl entre 1700 e 1716 e voltaram a subir na década de 1720 e entre 1770 e 1809. Todavia, muito rapidamente o vinho deixou de conseguir cobrir as importações crescentes de produtos manufacturados britânicos e o défice comercial passou a ser pago pelo ouro brasileiro, assim desviado para a esfera económica inglesa³⁷. A assinatura do tratado com Portugal em 1703 enquadra-se portanto na estratégia inglesa para afrontar política e economicamente a França e fomentar o seu próprio desenvolvimento económico. O tratado acabou mesmo por ser um pró-forma, já que, até 1786, os vinhos portugueses pagaram quase sempre taxas de importação inferiores às estipuladas no tratado, a fim de evitar a entrada ilícita de vinhos franceses.

Beneficiando de condições tão favoráveis, não admira que o comércio vinícola com a Inglaterra se tenha desenvolvido e consolidado rapidamente, não obstante as características elitistas do seu consumo³⁸. São estas, aliás, que explicam que a procura de vinho do Porto não se tenha ressentido da inflexão da política externa inglesa no último quartel do século XVIII³⁹. A partir de 1786, os vinhos portugueses passaram a chegar à Inglaterra em condições menos favoráveis, mas o seu consumo não só se manteve, como aumentou até à primeira década do século XIX⁴⁰.

³⁷ Entre 1700 e 1760, Portugal reexportou para a Inglaterra, para cobrir o défice comercial com este país, cerca de 25 milhões de libras de ouro do Brasil.

³⁸ Durante o século XVIII mais de 80% do vinho enviado de Portugal para a Inglaterra foi vinho do Porto. Este, mesmo beneficiando de direitos de importação mais reduzidos, chegava à Inglaterra por um preço consideravelmente mais alto do que a maioria dos vinhos espanhóis, alemães e até franceses e destinava-se principalmente ao consumo das classes mais elevadas.

³⁹ Em 1786, Pitt assinou um tratado de comércio com a França, concedendo melhores condições aos vinhos franceses, e mandou aplicar aos vinhos portugueses as taxas alfandegárias acordadas no Tratado de Methuen. Estas medidas foram interpretadas por Sandro Sideri (in *Comércio e Poder*) como destinadas a reduzir as importações de vinhos portugueses e, indirectamente, como uma forma de retaliação contra a política pombalina de fomento industrial.

⁴⁰ As taxas alfandegárias inglesas sobre as importações vinícolas conheceram a seguinte evolução no último quartel do século XVIII:

Direitos de excise and customs

Anos	Vinhos portugueses	Vinhos espanhóis	Vinhos franceses	Vinhos alemães
1786	4 x. 2 d.	4 x. 3 d.	8 x. 8 d.	4 x. 3 d.
1787	3 x. 6 d.	3 x. 6 d.	6 x. 2 d.	4 x. 10 d.
1788	3 x. —	3 x. —	4 x. 6 d.	4 x. 10 d.
1795	4 x. 10 d.	4 x. 10 d.	7 x. 4 d.	6 x. 9 d.
1796	6 x. 9 d.	6 x. 9 d.	10 x. 2 d.	8 x. 8 d.
1798	6 x. 11 d.	6 x. 11 d.	10 x. 6 d.	9 x. 1 d.

CARACTERÍSTICAS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA REGIÃO E NO SECTOR DO VINHO DO PORTO

O aumento constante da procura inglesa de vinhos portugueses em finais do século XVII fomentou o alastramento excessivo da cultura da vinha no Douro e noutras regiões e conduziu a médio prazo à primeira crise vinícola da região duriense. De facto, a estagnação do comércio com a Inglaterra a partir, sensivelmente, da década de 1730, aliada ao aumento generalizado da produção e à concorrência dos vinhos do Sul⁴¹, provocaram a queda dos preços dos vinhos do Douro⁴² e a primeira crise de sobreprodução da região.

A importância económica entretanto alcançada por este sector da economia portuguesa, bem como a orientação política económica seguida por Pombal, justificaram que este, invocando os desejos expressos da lavoura e do comércio durienses, decidisse intervir na região e no sector do vinho do Porto para disciplinar, fomentar e proteger a sua produção e o seu comércio.

A intervenção do Estado no sector e na região fez-se por duas vias: pela da regulamentação da produção e do comércio e pela do protecçãoismo. A primeira regulamentação do sector data de 1756. As medidas proteccionistas são um pouco mais tardias, só começando a ser promulgadas a partir de 1765.

REGULAMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO

O primeiro diploma que regulamentou a produção e o comércio do vinho do Porto foi o alvará de 10 de Setembro de 1756, pelo qual Pombal criou a Companhia das Vinhas do Alto Douro e ordenou que se procedesse à demarcação dos terrenos do Douro capazes de produzir vinho idêntico ao que tradicionalmente se exportava para a Inglaterra⁴³. Através da demarcação⁴⁴, Pombal limitou geográfica e quantitativamente a produção de vinho do Douro⁴⁵ e, através da Companhia, fomentou e fiscalizou a cultura da vinha no Alto Douro⁴⁶, controlou e tabelou os preços do

⁴¹ Cujá produção também se expandira consideravelmente nas décadas de 1720 e 1730.

⁴² Por volta de 1750, a pipa de vinho do Douro valia cerca de seis vezes menos do que no início do século. A primeira descida significativa do preço do vinho do Douro verificou-se na década de 1740. Entre 1737 e 1747, os produtores não conseguiram, regra geral, mais de 20 000 réis por pipa, enquanto anteriormente tinham vendido os seus vinhos por 40 000 a 50 000 réis. Na década seguinte (1747-56), os preços desceram ainda mais e a pipa chegou a valer menos de 10 000 réis.

⁴³ No ano seguinte foi publicado o diploma sobre o modo como devia ser feita a demarcação (instrução régia de 28 de Julho de 1757). A demarcação ficou concluída em 1758 e os marcos foram levantados em 1760.

⁴⁴ A primeira demarcação de uma região vitivinícola do mundo.

⁴⁵ A zona demarcada compreendia, em parte ou no todo, 67 freguesias e cerca de 40 000 ha. Em 1788 foi alargada e passou a incluir mais uma freguesia (demarcação subsidiária). A delimitação da área produtora de vinhos do Douro permitiu que entre 1772 (data dos primeiros arrolamentos) e o final do ciclo se tivesse escoado quase toda a produção duriense (82 % do vinho produzido foi exportado).

⁴⁶ A fiscalização incidia sobretudo nos métodos de cultivo (era proibido adubar as vinhas com estrume porque aumentava a produção e baixava a qualidade do vinho). Mais tarde, a partir de 1772, a Companhia passou também a ocupar-se dos arrolamentos do vinho produzido na demarcação.

vinho⁴⁷ e defendeu e garantiu a sua qualidade⁴⁸. Em contrapartida, concedeu à Companhia alguns privilégios e exclusivos, nomeadamente o da venda de vinho de ramo na cidade do Porto e arredores⁴⁹, o do comércio com o Brasil⁵⁰ e o da destilação de aguardente nas três províncias do Norte⁵¹.

A Companhia actuou sobretudo ao nível da produção e do comércio interno (do espaço económico português) e não entrou em concorrência directa com o comércio exportador estabelecido no negócio, embora este tivesse reagido à sua instituição e reclamasse frequentemente contra os seus privilégios e atribuições⁵². Os comissários das casas exportadoras do Porto continuaram a poder ir ao Douro fazer directamente as suas compras à lavoura. Só que, em virtude da regulamentação pombalina, deixaram de poder comprar quando, onde e por quanto queriam⁵³ e passaram a ter mais dificuldade em proceder a loteações e falsificações com vinhos de menor qualidade. Não obstante, o negócio mostrou-se bastante lucrativo e foi sumamente cobiçado por «atravessadores», que entraram ilicitamente em concorrência com a Companhia e com os legítimos exportadores⁵⁴.

⁴⁷ O alvará que instituiu a Companhia fixou os seguintes preços para o vinho produzido dentro da região demarcada: 25 000 a 30 000 réis a pipa de primeira qualidade (feitoria) e 20 000 a 25 000 réis a de segunda qualidade (para embarque para o Brasil, Lisboa, etc.). Posteriormente, os preços sofreram algumas alterações: em 1757 foram tabelados entre 30 000 e 36 000 réis os de primeira e entre 25 000 e 30 000 réis os de segunda; e em 1802, consoante a colheita fosse escassa ou abundante, em 40 000 ou 36 000 réis os de primeira e em 36 000 e 30 000 réis os de segunda.

⁴⁸ Para o que devia não só qualificar o vinho e marcar a fogo as vasilhas, mas também vigiar o seu fabrico e transporte, de modo a evitar as misturas e as adulterações (nomeadamente a utilização de uvas brancas, de vinhos de fora da demarcação e de baga de sabugueiro). A Companhia dispunha de amplos poderes para punir e reprimir as infracções.

⁴⁹ Inicialmente, o exclusivo estendia-se a uma área de 3 léguas à volta da cidade, mas, em 1760, aquela foi ampliada para 4 léguas. Este exclusivo estará na origem do célebre motim do Porto de 1757.

⁵⁰ Em 1776, Pombal restringiu este exclusivo aos portos do Rio de Janeiro e do Sul do Brasil e franqueou os restantes ao comércio dos vinhos da Estremadura e Ilhas (como compensação pela promulgação do alvará proteccionista de 4 de Agosto que proibiu a exportação de todos os vinhos portugueses em benefício dos vinhos do Douro). No ano seguinte, D. Maria retirou este exclusivo à Companhia e todos os vinhos portugueses passaram a poder entrar livremente em qualquer porto do Brasil.

⁵¹ Este exclusivo foi-lhe concedido apenas em 1760 (alvará de 16 de Dezembro). Em 1776, ao prorrogar a Companhia por mais vinte anos, Pombal aumentou-lhe os privilégios para todos os que entretanto tinham sido concedidos às Companhias do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba, «em tudo o que lhe forem aplicáveis».

⁵² Em 1767, por exemplo, a Junta do Comércio britânico protestou junto do rei inglês contra os regulamentos da Companhia, que considerava «um monopólio contra os súbditos britânicos», do qual, segundo eles, deviam estar isentos em virtude dos tratados em vigor entre as duas nações.

⁵³ Eram obrigados a comprar só o vinho qualificado e produzido dentro da demarcação; tinham de se sujeitar às datas marcadas pela Companhia (1 de Fevereiro a partir de 1760) e de cumprir os preços tabelados. Isto provocou algumas falências de casas exportadoras. Em 1766 abriram falência a Adam Standard, a Ricardo Tisuel e a Estêvão Heraut, todas com grandes dívidas à Companhia, à qual tinham comprado vinho a crédito.

⁵⁴ Em 1769 constituíram-se três associações «clandestinas» de comerciantes-exportadores de vinho do Porto, que durante algum tempo fizeram uma forte concorrência à Companhia e aos «legítimos» exportadores, porque actuavam de forma diferente e não cumpriam as regulamentações em vigor. Compravam o vinho antes de feito e de qualificado, o que encarecia o produto quando a Companhia e os Ingleses o iam comprar.

MEDIDAS PROTECCIONISTAS

No quadro do pensamento económico da época, competia ao Estado tomar as medidas necessárias à protecção e ao desenvolvimento das principais produções nacionais e ao equilíbrio da balança comercial. Os governos deviam assim, por um lado, colocar entraves às importações de produtos concorrenciais (pelas pautas) ou mesmo proibir o seu consumo (pelas pragmáticas) e, por outro lado, fomentar e proteger as exportações nacionais.

Ora, com o declínio do ciclo do ouro do Brasil e dos produtos coloniais⁵⁵, o vinho do Porto ganhou um peso crescente na estrutura do comércio externo português e passou a ser encarado pelo poder político como uma alternativa e um meio de equilibrar o défice comercial com a Inglaterra⁵⁶. Daí a necessidade de regularizar e valorizar este comércio (o que foi feito através da regulamentação da produção e do comércio) e de o proteger da concorrência interna dos restantes vinhos portugueses.

As primeiras medidas proteccionistas do vinho do Porto datam de 1765 e de 1766. Em 1765 mandam-se arrancar as cepas plantadas nos campos do Tejo, Mondego e Vouga, medida que, indirectamente, visa proteger a produção duriense, e no ano seguinte estende-se esta repressão a algumas regiões com aptidões agrícolas para outras culturas⁵⁷. Como, mesmo assim, a produção das regiões concorrenciais continuasse a não diminuir o suficiente, em 1773 Pombal manda arrancar as cepas existentes nas terras de pão, nos olivais e nos soutos.

As primeiras leis verdadeiramente proteccionistas e discriminatórias relativamente aos restantes vinhos portugueses foram, todavia, promulgadas apenas no último ano do governo de Pombal e no primeiro do reinado de D. Maria. Em 1776, Pombal proíbe a exportação de vinhos de Viana, Monção, Aveiro, Bairrada, Anadia, S. Miguel do Outeiro, Coimbra, Figueira da Foz e Algarve, por qualquer barra do Reino, em benefício dos vinhos do Douro, e, no ano seguinte, D. Maria, embora libertando a exportação dos vinhos de Monção, mantém proibida a exportação de todos os outros e conserva o exclusivo da barra do Douro para os vinhos do Porto.

Na segunda metade do século XVIII, o interesse económico e social do Estado esteve sempre do lado do sector do vinho do Porto. Por isso o protegeu da concorrência dos vinhos baratos do Sul e por isso procurou por todos os meios fomentar e regularizar a sua produção e o seu comércio.

⁵⁵ Durante o governo de Pombal verificou-se uma crise de produção de alguns produtos coloniais e metropolitanos que normalmente cobriam grande parte do défice da balança comercial: ouro do Brasil, açúcar, diamantes, escravos, pescarias, etc. Veja-se a este respeito Borges de Macedo. *A Situação Económica no Tempo de Pombal, Alguns Aspectos*, Porto, 1951.

⁵⁶ O défice comercial com a Inglaterra foi praticamente constante e crescente ao longo do século XVIII. Exceptuaram-se alguns anos das décadas de 1780, 1790 e 1800-09, altura em que o vinho já cobria mais de 40% das importações inglesas. Em 1789, por exemplo, o vinho cobriu 43% das importações de produtos ingleses e pagou quase integralmente as importações de lanifícios.

⁵⁷ Mandam-se arrancar «de imediato» as vinhas plantadas em Torres Vedras, Anadia, Mogofores, Avelãs e Fermentelos.

A intervenção do Estado no sector do vinho do Porto a partir de 1756 satisfez, assim, tanto os interesses dos produtores e comerciantes durienses, que viam o seu negócio prejudicado pela concorrência dos vinhos do Sul e pela depreciação do produto, como os interesses do próprio Estado, que necessitava de «sustentar» e regularizar o sector mais dinâmico da economia metropolitana e aquele que se apresentava mais interessante para o seu comércio externo.

BALANÇO DESTE CICLO

Durante estes 132 anos, o sector formou-se, desenvolveu-se, organizou-se e consolidou interna e externamente a sua posição. As exportações de vinho do Porto aumentaram quase ininterruptamente, quer antes quer após Methuen, quer antes quer após a instituição da Companhia. O comércio e a produção beneficiaram da protecção do Estado, que os salvaguardou da concorrência dos restantes vinhos portugueses, restando a cultura destes, proibindo a sua exportação e reservando a barra do Douro exclusivamente para o vinho do Porto. A maioria do comércio demonstrou um dinamismo próprio da fase de expansão que o sector atravessou, sobretudo na viragem do século XVII para o XVIII e na viragem deste para o século XIX. No último quartel do século XVIII, o vinho do Porto tinha já assegurado um mercado estável e elitista na Grã-Bretanha, o que contribuiu para que o comércio não fosse grandemente afectado, nem pelo agravamento das taxas alfandegárias inglesas de 1786, nem pela igualização dos direitos com os vinhos espanhóis, nem, tão-pouco, por factores conjunturais, como o Bloqueio Continental, tradicionalmente apontado como nefasto para o vinho do Porto.

2.º CICLO (1811 A 1864): ESTAGNAÇÃO E INSTABILIDADE

O 1.º ciclo de expansão da história do vinho do Porto terminou sensivelmente por volta de 1808-10, em consequência de inúmeros factores, entre os quais se destacam a abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional⁵⁸, a situação político-militar e social da Europa durante toda a primeira metade do século XIX, a instabilidade política interna subsequente às invasões francesas e que perdurou até à década de 1850, o comportamento do mercado inglês e o aumento generalizado da produção vinícola nacional e mundial.

A situação do sector modificou-se muito rapidamente a partir de 1811 devido à forte recessão do comércio com a Inglaterra. As exportações para este mercado diminuíram mais de 50% entre 1811 e 1813 e mantiveram-se

⁵⁸ Com a abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional, as exportações portuguesas, incluindo as coloniais, diminuíram 36% relativamente à última década do século XVIII e Portugal (continental) e as suas produções perderam grande parte do interesse económico de que tinham beneficiado até então, em consequência da diminuição do tráfego marítimo com as principais praças europeias.

baixas durante toda a primeira metade do século XIX⁵⁹. O comportamento negativo do principal importador mundial de vinho do Porto repercutiu-se de imediato por todo o sector e a crise atingiu de igual modo o comércio exportador e a lavoura duriense, embora nesta talvez de forma mais intensa, pois sobreveio numa altura de expansão da cultura da vinha e de aumento da produção vinícola⁶⁰. Os preços à produção baixaram consideravelmente mais do que os preços à exportação⁶¹ e o comércio, não obstante as falências de algumas casas exportadoras na década de 40, conseguiu resistir melhor e compensar em parte as suas perdas pelo recurso mais ou menos frequente e fraudulento a vinhos de menor qualidade (do Douro e do Sul). A situação interna também não foi de molde a permitir uma acção firme e continuada do Estado relativamente ao sector. A instabilidade política decorrente das lutas entre liberais e absolutistas, da guerra civil e das revoltas populares e militares provocou a sucessão de governos instáveis e transitórios, de tendência política frequentemente oposta e defendendo interesses económicos e sociais distintos. Daí que num curto espaço de tempo tenham alternado as políticas proteccionistas do sector e da região com a completa liberalização do seu comércio e da sua produção⁶².

A recessão e a crise prolongaram-se até meados da década de 60, altura em que, essencialmente por razões de ordem natural (maus anos agrícolas e doenças nas vinhas), a produção se equilibrou com a procura⁶³ e o comércio exportador recuperou das perdas sofridas na Inglaterra, graças, em parte, ao incremento das exportações para outros mercados⁶⁴.

A RECESSÃO DO COMÉRCIO EXTERNO DO VINHO DO PORTO: SUAS CAUSAS E DIFICULDADES EM A SUPERAR

Entre 1811 e 1864, as exportações de vinho do Porto diminuíram 37 % relativamente à média de 1790-1809, em consequência, como se disse, da retracção da procura inglesa, que coincidiu cronologicamente com a assi-

⁵⁹ Entre 1811 e 1864, o comércio com o Reino Unido diminuiu 44 % relativamente ao período de 1790-1809.

⁶⁰ A produção vinícola duriense tinha vindo a aumentar constantemente desde 1772 (data dos primeiros arrolamentos), devido aos sucessivos alargamentos da área demarcada e à intensificação da cultura da vinha na região. A produção média subiu de 160 000 hl na década de 1770 para 370 000 hl no início do século XIX e 400 000 hl em 1820.

⁶¹ Os preços à produção desceram cerca de 50 % entre 1802 e 1843 e os preços à exportação à volta de 30 % entre 1811-14 e a década de 1840.

⁶² O comércio e a produção foram liberalizados e a barra do Douro foi aberta ao comércio de todos os vinhos em 1834 e em 1865 e novamente protegidos os primeiros e reservada a segunda em 1838 e 1843. A Companhia foi extinta ou foram-lhe retirados parte dos seus privilégios e atribuições em 1821, 1832, 1834, 1852 e 1863 e restaurada e repostos ou mesmo ampliados os seus poderes em 1822, 1823, 1837 e 1843. As taxas de exportação dos vinhos do Douro foram reduzidas em 1825, 1832, 1836, 1837 e 1852 e agravadas em 1832 e 1833.

⁶³ A partir de 1853, a produção vinícola duriense diminuiu consideravelmente, passando de 480 000 hl na década de 1840 para menos de 200 000 hl em 1853-61. A qualificação para exportação beneficiou mais de 2/3 do vinho produzido na região: 68 % em 1853-54 e 76 % em 1860-63 (na década de 40 tinha sido qualificada menos de 40 % da produção regional). Mais de 99 % do vinho aprovado entre 1850 e 1860 foi exportado.

⁶⁴ As exportações para os mercados nórdicos, alemão, holandês, belga, francês, russo, norte-americano e brasileiro subiram de 29 000 hl em 1830-44 para 48 000 hl em 1845-64.

natura do tratado de comércio de 1810⁶⁵. Várias explicações são possíveis para tal comportamento do mercado britânico. A forma como evoluiu a procura inglesa⁶⁶ e o gosto dos consumidores, que passaram a preferir vinhos mais baratos e menos graduados. O agravamento das taxas alfandegárias sobre os vinhos portugueses e a sua equiparação com os espanhóis, que, contudo, datava já de finais do século XVIII⁶⁷. E ainda, e talvez sobretudo, o desinteresse dos agentes económicos ingleses relativamente a Portugal continental e às suas produções, depois da abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional. A partir de 1808, o comércio marítimo entre a Inglaterra e Portugal diminuiu consideravelmente, o que dificultou e encareceu o transporte dos vinhos e tornou este negócio menos interessante para os Ingleses. Finalmente, há que ter em consideração inúmeros outros aspectos, nomeadamente os preços e a fraca qualidade de algum vinho exportado com a designação de vinho do Porto⁶⁸. Comparativamente aos vinhos espanhóis, o preço do vinho do Porto era elevado, o que o sujeitava à forte concorrência daqueles. As importações de vinhos espanhóis aumentaram constantemente na primeira metade do século XIX, e por volta de 1840 representavam já mais de 40 % do comércio viní-

⁶⁵ O tratado de 1810, dado por extinto por Portugal em 1835, não beneficiou em nada o comércio vinícola português, que continuou a gozar à entrada na Inglaterra das regalias concedidas aos vinhos das «nações mais favorecidas», isto é, continuou a pagar taxas iguais às dos vinhos espanhóis e do Cabo. Todavia, o artigo 8.º concedia aos comerciantes britânicos o direito de estarem isentos de quaisquer monopólios, contratos ou privilégios, o que quer dizer que passavam a ter livre acesso à produção. Isto constitui uma prerrogativa unilateral das «bases da reciprocidade e mútua conveniência» em que assentava o tratado, dado que jamais os negociantes portugueses gozaram na Inglaterra de vantagens idênticas.

⁶⁶ Apesar da conjuntura expansiva da economia inglesa (o rendimento *per capita* duplicou na primeira metade do século XIX), o comércio vinícola inglês apenas aumentou 0,5 % no século XIX, consideravelmente menos do que o comércio mundial de vinhos, que cresceu 3 % ao ano. Veja-se a este respeito Jaime Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *Análise Social*, n.º 80, e Pedro Lains, «A tese da dependência revisitada: exportações portuguesas (1850-1913)», in *Análise Social*, n.º 91.

⁶⁷ Veja-se a sua evolução até finais do século XVIII na nota 40. A partir de 1800, as taxas aplicadas pela Inglaterra são as seguintes:

Anos	Vinhos do Cabo	Vinhos portugueses e espanhóis	Vinhos alemães	Vinhos franceses
1801	7 x. 4 d.	6 x. 9 d.	8 x. 8 d.	10 x. 2 d.
1802	7 x. 7 d.	7 x. —	9 x. 2 d.	10 x. 2 d.
1803	8 x. 3 d.	8 x. 3 d.	10 x. 4 d.	12 x. 5 d.
1804		9 x. —	11 x. 4 d.	13 x. 6 d.
1805		9 x. 1 d.	11 x. 3 d.	13 x. 8 d.
1813	3 x. —	9 x. 1 d.	11 x. 3 d.	13 x. 8 d.
1819	3 x. —	9 x. 1 d.	11 x. 3 d.	13 x. 9 d.
1825	2 x. 5 d.	4 x. 9 d.		7 x. 2 d.
1826	2 x. 5 d.	4 x. 10 d.		7 x. 3 d.
1831	2 x. 9 d.		5 x. 6 d.	

⁶⁸ O problema da qualidade do vinho é muito focado pela literatura da época e foi objecto de frequentes recriminações da parte dos viticultores contra os negociantes-exportadores. Nesse sentido, instituíram-se as provas em 1825, Passos Manuel regulamentou os depósitos de vinho, para que o vinho de consumo ficasse separado do destinado à exportação, e Costa Cabral obrigou os armazéns a terem um depósito permanente de 50 pipas. A frequência com que se promulgaram as mesmas leis atesta, contudo, o completo desrespeito pelas normas estabelecidas.

cola britânico, enquanto a quota dos vinhos portugueses baixava para 35 %⁶⁹.

Nestas circunstâncias, a total dependência do comércio externo do vinho do Porto relativamente ao mercado inglês (que absorvia cerca de 90 % do vinho comercializado) foi extremamente nociva. O corte das importações inglesas repercutiu-se de imediato no sector exportador, que entrou em crise de sobrearmazenamento por não encontrar colocação para os vinhos em depósito.

O Brasil, então o segundo mercado mundial de vinho do Porto, importava quantidades tão diminutas (3 % das exportações) que não podia ser encarado como uma alternativa⁷⁰. Embora desde a sua independência se tivesse procurado fomentar o comércio vinícola com este país (reduzindo os direitos de exportação), as características do desenvolvimento económico e social brasileiro não foram de molde a compensar, por si só, as perdas sofridas na Grã-Bretanha. As exportações de vinho do Porto para o Brasil aumentaram, é certo⁷¹, mas o saldo só cobriu em 11 % o défice do comércio com o Reino Unido⁷². Por isso, assim que a situação política interna o permitiu, os responsáveis políticos procuraram por todos os meios reactivar o comércio do vinho do Porto, cuja recessão afectava as receitas do Estado e agravava a situação da balança comercial⁷³.

Nesse sentido actuaram, entre outros, Palmela (em 1832), Passos Manuel (em 1836-38), Costa Cabral (em 1842-43), Rodrigo da Fonseca Magalhães (em 1848-50) e Fontes Pereira de Melo (em 1852), através da redução dos direitos de exportação, do incentivo à concorrência aos vinhos

⁶⁹ Evolução do comércio vinícola inglês (importação média anual em milhões de galões imperiais):

Décadas	Total de importações	Vinho português	Vinho espanhol	Vinho francês
1800-09	8,9	5,3	2,0	0,9
1810-19	6,8	3,3	1,4	0,6
1820-29	7,3	3,1	2,0	0,4
1830-39	8,2	3,1	3,0	0,4
1840-49	7,9	2,7	3,1	0,5
1850-59	8,9	3,1	3,7	0,7
1860-69	14,4	3,1	6,4	3,1

⁷⁰ O Brasil importou 17 000 hl/ano na década de 1810-19, 40 000 hl na de 1820, 11 000 hl na de 1830, 18 000 hl na de 1840, 15 000 hl na de 1850 e 22 000 hl na de 1860. Entre 1810 e 1864, as importações brasileiras representaram 11 % da comercialização total de vinho do Porto.

⁷¹ Passaram de 8000 hl/ano em 1795-1809 para 19 700 hl em 1810-64.

⁷² Entre 1810 e 1864, o défice do comércio com a Inglaterra atingiu os 106 900 hl/ano e o saldo do comércio com o Brasil foi da ordem dos 11 700 hl/ano.

⁷³ Entre 1810 e 1864, as exportações cobriram, em média, 70 % das importações. O vinho do Porto contribuiu para 34 % das receitas totais e para 80 % das receitas do comércio vinícola. Note-se que, relativamente à média do período anterior (3100 contos/ano entre 1776 e 1809 e 3900 contos na primeira década do século XIX), as receitas do vinho do Porto se mantiveram relativamente estáveis, rondaram os 4000 contos anuais entre 1810 e 1864 (a desvalorização da moeda não deve ter excedido então os 7 %), o que se explica pelo facto de os preços à exportação se conservarem elevados. O preço médio subiu de 83\$000/pipa na primeira década de Oitocentos para 108\$000/pipa em 1810-64 e as maiores descidas verificaram-se em 1838-43 e em 1848-52 (90\$000/pipa).

espanhóis, da protecção relativamente aos restantes vinhos portugueses⁷⁴, e da procura de novos mercados⁷⁵.

Os interesses em jogo e as mudanças de orientação na política económica portuguesa durante todo este período dificultaram contudo a recuperação do comércio e o êxito de algumas das medidas tomadas. A subida dos direitos de exportação, em 1832 e em 1833, e a abertura da barra do Douro a todos os vinhos portugueses, em 1834, são alguns exemplos de medidas que em nada vieram beneficiar o comércio do vinho do Porto. Antes pelo contrário, fomentaram as exportações de falso vinho do Porto e a concorrência interna entre vinhos do Sul e vinhos do Douro e mostraram-se, a médio prazo, nefastas para o sector.

A CRISE INTERNA DO SECTOR E A ACTUAÇÃO DO ESTADO

A contracção das exportações repercutiu-se internamente tanto no sector comercial como no produtivo. No entanto, embora algumas casas exportadoras tenham chegado a abrir falência em 1842, aparentemente a crise foi menos grave no comércio do que na lavoura. Não só porque os preços à exportação se mantiveram relativamente altos e as receitas estabilizadas, mas sobretudo porque desde cedo os exportadores se souberam organizar e criar as estruturas necessárias à defesa e ao apoio da sua actividade (Associação Comercial do Porto, Banco Comercial do Porto e Companhia de Seguros Segurança)⁷⁶ e porque o Estado tomou algumas medidas tendentes a minorar as dificuldades do sector. Entre estas contam-se a redução das taxas de exportação, os benefícios fiscais concedidos à aguardente utilizada no benefício, a procura de novos mercados, a extinção da Companhia, insistentemente pedida pelos exportadores e pela ACP⁷⁷, e a liberalização do comércio, que permitiu a compra directa à produção e a aquisição, por parte de alguns exportadores, de vinhos mais baratos do

⁷⁴ Passos Manuel voltou a reservar a barra do Douro exclusivamente para o vinho do Porto e Costa Cabral criou maiores dificuldades à entrada de vinhos de fora da região no Porto.

⁷⁵ Costa Cabral impôs à Companhia a obrigação de abrir armazéns para venda de vinho a retalho e/ou grosso nas praças da América, sempre que os cônsules o achassem conveniente. Rodrigo da Fonseca Magalhães dinamizou a actividade dos cônsules no sentido de que estes estudassem as potencialidades dos diferentes mercados europeus, americanos e asiáticos relativamente ao comércio do vinho do Porto e promovessem a sua divulgação e, se necessário, a venda directa de vinho engarrafado.

⁷⁶ A Associação Comercial do Porto (ACP) foi fundada em 1834, por iniciativa de alguns dos principais exportadores ingleses e de homens ligados ao comércio do vinho do Porto. Em 1835, praticamente os mesmos fundaram o Banco Comercial do Porto e a Companhia de Seguros Segurança. Em 1842, quando faliram algumas casas exportadoras, a ACP conseguiu que o Banco Comercial do Porto concedesse aos exportadores empréstimos sobre penhor mercantil dos vinhos.

⁷⁷ Desde 1810 que o comércio inglês vinha pedindo a extinção da Companhia. Na lavoura, as posições relativamente à Companhia não eram coincidentes. Quase todas as petições enviadas pelas câmaras do Douro às Cortes Constituintes de 1821-23 a pedir a extinção da Companhia provinham de alguns dos municípios durienses mais fortemente liberais (e onde, portanto, foi mais violenta a repressão absolutista) e com maiores ligações ao Porto e ao comércio exportador inglês. Este assunto tem vindo a ser investigado e estudado pelo Dr. Nuno Monteiro, do ISCTE, a quem agradeço todas as informações e esclarecimentos prestados.

Douro e do Sul para serem misturados com os vinhos finos ou mesmo exportados como vinhos do Porto.

Na lavoura, a crise foi mais profunda e duradoira e atingiu, por vezes, tal gravidade, que forçou mesmo governos com maior pendor liberal, ou mais sensíveis aos interesses da viticultura do Sul ou do comércio exportador do Porto⁷⁸, a tomarem medidas menos favoráveis a estes sectores⁷⁹, mas destinadas a ajudarem e apoiarem os produtores. Nesse sentido, foram concedidas moratórias aos viticultores para o pagamento de contribuições e impostos⁸⁰; libertou-se a destilação de aguardente e instituiu-se a Feira da Régua (em 1821); decidiu-se conservar a Companhia, «até que a exportação e o consumo interior não se equilibrem com a produção» e obrigá-la a comprar todo o vinho restante da Feira da Régua e toda a aguardente do Douro pelos preços tabelados (em 1822); reabilitou-se a Companhia (em 1838) e atribuiu-se à mesma (em 1834) um subsídio anual de 150 contos para que pudesse intervir directamente na compra de vinho à produção (20 000 pipas de vinho de segunda e terceira qualidade)⁸¹; e criaram-se também (em 1834) caixas filiais para concessão de empréstimos de cultura e colheita a juro reduzido (6 %).

A crise da lavoura duriense derivou, como foi dito, por um lado, do aumento da produção, em consequência da intensificação da cultura da vinha, do alargamento da área demarcada e da demolição do Cachão da Valeira, em 1792, que tornou o Douro navegável até Barca de Alva e permitiu o escoamento dos vinhos produzidos no Douro Superior. Por outro lado, da liberalização do comércio e da produção em 1834 e da situação política interna, propícia ao desrespeito pelas regulamentações em vigor e à concorrência dos vinhos do Sul. E finalmente, da recessão da procura externa. A conjugação destes factores conduziu às crises de sobreprodução e de quebra dos preços que afectaram a lavoura durante quase todo o século XIX.

A inexistência de quaisquer formas de organização autónoma da lavoura duriense e as tentativas frustradas de alguns viticultores (como, por exemplo, a do conde de Samodães) para constituírem associações de agricultores⁸² contribuíram, de certo modo, para agravar a situação. Até 1843 pode considerar-se que o Estado não se preocupou seriamente com a crise do sector vitivinícola duriense e se limitou a tomar medidas pontuais

⁷⁸ Como, entre outros, o de Costa Cabral, comumente tido como muito ligado à ACP e defendendo prioritariamente os interesses do comércio em detrimento da lavoura.

⁷⁹ Como, por exemplo, o regulamento dos depósitos de vinhos e aguardentes no Porto e em Gaia de 1837 (da autoria de P. Manuel) e a obrigação, imposta ao comércio exportador, por Costa Cabral, em 1843, de que os seus armazéns se localizassem num determinado perímetro e tivessem uma capacidade mínima de 50 pipas.

⁸⁰ Nomeadamente em 1834, relativamente ao direito adicional sobre o vinho separado e habilitado para o embarque para a Grã-Bretanha.

⁸¹ Esta atribuição foi revogada em 1852. Em Setembro de 1843, antes da publicação do regulamento da Lei de 21 de Abril, Costa Cabral, tendo em conta as «necessidades que oprimem os lavradores», mandou a Companhia comprar imediatamente no Douro 5000 pipas (o que equivale a 10 % da produção de vinho habilitado do ano anterior).

⁸² Em 1839, os lavradores do Douro tentaram, ingloriamente, organizar uma Associação Agrícola sob a presidência do conde de Samodães. Em 1843 verificou-se uma outra tentativa frustrada para criar na Régua uma Associação de Agricultura do Douro.

e a constituir comissões para estudarem as causas «da actual miséria dos países vinhateiros»⁸³.

Assim, devem-se a Costa Cabral as leis mais importantes para minorar a crise da lavoura duriense. Apesar da sua ligação ao Porto e à ACP, foi ele quem determinou a intervenção da Companhia na compra de vinhos à produção; quem instituiu as caixas filiais; quem voltou a regulamentar a produção, o acondicionamento, o comércio e o transporte dos vinhos de forma a evitar falsificações, misturas e introduções de vinhos de fora; e quem limitou as quantidades a aprovar em primeira (vinho habilitado para o comércio da Europa). Esta última medida teve contudo efeitos contrários na região. Se, por um lado, permitiu subir os preços e baixar os *stocks*, fez, por outro lado, aumentar os excedentes de vinho para ramo⁸⁴, cuja única saída era a destilação ou o consumo no Porto. Daí que a partir de 1843 diminua consideravelmente a parte da produção habilitada (desce de 62 % em 1838-42 para 28 % em 1843-52), mas suba bastante a relação entre o vinho aprovado e o exportado (170 % em 1843-52, enquanto nos cinco anos anteriores fora de 69 %).

BALANÇO GLOBAL DESTE CICLO DE RECESSÃO E CRISE

A recessão do comércio, fruto do comportamento do mercado inglês e da inexistência de mercados alternativos, não se traduziu por uma quebra acentuada das receitas, porque os preços à exportação, embora tenham descido, não caíram tanto quanto os preços à produção. Isto ficou a dever-se, em parte, ao facto de o principal mercado continuar a ser o britânico, para onde, pese embora o acordado em 1810, se continuou a enviar, durante bastante tempo, exclusivamente vinho do Porto de primeira qualidade, e, em parte, aos cortes aplicados a partir de 1843 nas quantidades aprovadas em primeira.

A crise que afectou todo o sector teve maior repercussão na lavoura, onde os problemas de sobreprodução só vieram a ser «resolvidos», embora de forma transitória, pelo oídio, em 1850-52⁸⁵, e pela filoxera, em 1870-80.

A política do Estado para o sector foi muito variável no tempo e frequentemente de sentido contrário, em virtude da situação política interna e do jogo das influências e dos interesses socioeconómicos (viticultores do Sul, comerciantes-exportadores do Porto, industriais, etc.), o que não ajudou a ultrapassar as dificuldades por que passaram então o comércio e a produção de vinho do Porto.

⁸³ As comissões eram normalmente formadas por técnicos e representantes da lavoura e do comércio. No entanto, em 1842, Costa Cabral convocou uma assembleia para propor ao Governo as medidas adequadas para debelar a crise da lavoura, constituída exclusivamente por representantes do sector produtivo, o que foi de imediato contestado pelo comércio (via ACP) e o levou a destituir esta comissão e a formar uma outra com uma composição mais heterogénea (produtores, proprietários, comerciantes, Companhia, etc.).

⁸⁴ Mais de 60 000 pipas anuais entre 1843 e 1852, enquanto nos cinco anos anteriores fora de 29 000 pipas.

⁸⁵ A produção média da região em 1855-59 esteve 70 % abaixo da média do decénio anterior e as quantidades aprovadas (10 000 pipas em média) foram 5,6 vezes inferiores.

3.º CICLO (1865 A 1939): RELANÇAMENTO, DIVERSIFICAÇÃO E REORGANIZAÇÃO

A partir da década de 1860 inverte-se a tendência depressiva que caracterizara até então o comércio externo do vinho do Porto. O sector recupera e até à segunda guerra mundial atravessa de novo uma fase de relançamento e expansão, marcada agora, não só pelo aumento das exportações (que cresceram à taxa média anual de 1 % entre 1865-69 e 1935-39), mas também pelo alargamento da sua área geográfica e pela diversificação dos mercados.

Na estrutura do comércio externo de vinho do Porto ganham peso crescente os mercados da Europa do Norte (Alemanha, Bélgica, Holanda, Suécia, Noruega e Dinamarca), que, em conjunto, passam a representar cerca de 13 % das exportações totais, bem como os da França (7,5 % nestes 75 anos) e do Brasil, que até à primeira guerra mundial absorveu mais de 1/5 do vinho comercializado⁸⁶.

As receitas (a preços constantes de 1890) não subiram tanto como os volumes (a receita média anual deste período foi 40 % superior à do período anterior, enquanto as quantidades exportadas foram 87 % mais elevadas) e mantiveram-se relativamente estáveis durante todo o ciclo⁸⁷, devido ao comportamento negativo dos preços à exportação (preços constantes), que diminuíram quase constantemente entre 1865 e 1939⁸⁸. Assim, não obstante o relançamento do comércio, o vinho do Porto perdeu peso no comércio vinícola nacional (desceu de 80 % para 69 %) e na balança comercial portuguesa (passou de mais de 30 % das receitas na década de 1870 para menos de 20 % em 1930-39).

Globalmente, a situação apresentou-se positiva para o sector exportador, que reforçou a sua organização interna e a sua influência económica e política na sociedade portuense e no aparelho de Estado. O dinamismo do sector está patente, não só na fundação de novas firmas comerciais⁸⁹, mas também nos benefícios que, directa ou indirectamente, conseguiu obter de quase todos os governos, nomeadamente a diminuição dos direitos de exportação e dos direitos de entrada dos vinhos no Porto e em Gaia; a concessão de prémios de exportação e de subsídios para a participação em exposições internacionais; a alteração das normas relativas à capacidade de expor-

⁸⁶ 21,1 % das exportações de vinho do Porto entre 1865 e 1914.

⁸⁷ Evolução das receitas (a preços constantes de 1890):

1865-79 = 6700 contos (valor médio)

1880-99 = 5400 contos (valor médio)

1900-14 = 4900 contos (valor médio)

1915-39 = 6000 contos (valor médio)

⁸⁸ A preços constantes, o hectolitro de vinho custou 22\$70 em 1865-69, 24\$10 em 1875-79, 18\$80 em 1885-89, 16\$30 em 1900-04, 15\$00 em 1915-19 e 10\$00 em 1935-39. No início do século xx, os preços subiram ligeiramente (para 20\$00 em 1905-14), em consequência, provavelmente, da retracção do comércio com o Brasil (para onde se exportava normalmente apenas vinho de segunda qualidade) e do desenvolvimento das exportações para os países do Norte da Europa.

⁸⁹ Em 1867 funda-se a Companhia Vinícola Portuguesa, em 1868 a Delaforce, em 1870 a Sociedade de Vinhos Santiago, em 1877 a Dow, em 1880 a Ramos Pinto, em 1884 a Borges e Irmão, em 1888 a Real Companhia Vinícola, em 1816 a Gonzalez Byass e dois anos depois a Poças.

tação; as facilidades de financiamento e de crédito; o estabelecimento de tratados e acordos comerciais com quase todos os países europeus para facilitar as exportações e defender a marca de origem; a criação de comissões para promover o comércio; e a aprovação de medidas que dificultaram e acabaram com as exportações directas a partir do Douro⁹⁰.

Com uma ou outra excepção, o poder político preocupou-se, protegeu e apoiou preferentemente o comércio em detrimento da lavoura, apesar da grave situação de crise da viticultura duriense neste período⁹¹. A lavoura sofreu as consequências das doenças que assolaram a região (a filoxera em 1870-80 e o míldio em 1892) e o impacte da extinção da Companhia, em 1863, e da liberalização do comércio e da produção, em 1865. Enquanto as primeiras provocaram quebras significativas da produção vinícola das zonas tradicionalmente produtoras de vinhos finos (exportáveis) e um aumento substancial dos custos de produção, a extinção da Companhia e a abolição da demarcação e do regime restritivo facilitaram a exportação pela barra do Douro de falso vinho do Porto e a introdução de vinhos de fora na região⁹² e foram responsáveis pela diminuição dos preços⁹³ e pela acumulação de excedentes não comercializáveis na produção. Em 1918, quando começaram os arrolamentos no Douro⁹⁴, a produção, pese embora as doenças que entretanto tinham devastado os vinhedos, quase triplicara relativamente à média de 1810-64⁹⁵ e o benefício, apesar do crescimento do comércio, mantinha-se abaixo dos 50% da produção.

A crise alastrou, pois, pelo Douro e levou milhares de pequenos produtores a emigrar e outros a ensaiar novas culturas alternativas, como o

⁹⁰ Vejam-se as Leis de 25 de Janeiro de 1871, 30 de Setembro de 1892, 26 de Julho de 1899, 14 de Junho de 1901, 14 de Janeiro de 1905, 18 de Setembro e 27 de Novembro de 1908, 10 de Julho de 1918, 8 de Junho de 1925, 31 de Julho de 1926, 27 de Abril, 19 de Agosto e 24 de Novembro de 1936, 30 de Setembro de 1938 e 16 de Maio de 1939; os inúmeros tratados e acordos comerciais estabelecidos com a França, Inglaterra, Holanda, Bélgica, Suíça, Suécia, Dinamarca, Alemanha, etc.; e a criação da Comissão Promotora do Comércio de Vinhos e Azeites, em 1885, da Comissão Agrícola Comercial dos Vinhos do Porto, em 1908, do Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto, em 1908, etc.

⁹¹ Para além da legislação promulgada por João Franco (Decretos de 10 e 16 de Maio de 1907), as principais medidas constaram na nomeação sucessiva (entre 1877 e 1881) de quatro comissões para estudar o problema da filoxera; na autorização concedida, em 1884, ao Douro para cultivar tabaco; na criação, em 1906, de uma comissão para estudar e propor ao Governo as medidas a adoptar para debelar a crise duriense; na organização, em 1914 (por iniciativa de Bernardino Machado), do Crédito Agrícola e no incentivo à constituição de cooperativas de produção; e na regulamentação de Antão de Carvalho (de 1921), que proibiu a entrada de vinhos de fora na região.

⁹² Sobretudo do Sul, mas também vinhos espanhóis. A importação destes fora pedida pela Comissão Promotora do Comércio de Vinhos e Azeites em 1892 e recusada pelos produtores durienses, mas a imprensa da época diz que entraram abundantemente pela via do contrabando. Quanto aos vinhos do Sul, a própria ACP reconheceu que os comerciantes os exportavam como vinhos do Douro, mas justificava tal atitude pelos benefícios que daí advinham à viticultura do Sul, que, doutro modo, entraria em crise, e, indirectamente, às indústrias «accessórias», que tinham proliferado e dependiam deste comércio.

⁹³ Em 1905-06, a Companhia comprou vinhos no Douro a 18\$000 e a 19\$000 a pipa, «quando o podia ter feito por muito menos», porque, «reconhecendo a triste situação do Douro, não quis concorrer para de todo o perder». O valor pago representava, segundo os viticultores, menos de metade do custo do amanho de uma pipa.

⁹⁴ Com a abolição da demarcação e do regime restritivo, em 1865, deixaram de se fazer arrolamentos de vinho no Douro. Para os anos de 1906 a 1918 há estatísticas sobre a produção de vinho beneficiado, mas não sobre a produção total.

⁹⁵ Subira de 369 000 hl/ano em 1810-64 para 1 030 000 hl/ano em 1918-24.

tabaco, que durante alguns anos teve um relativo impacto na região⁹⁶. Os viticultores chegaram mesmo a conseguir organizar-se autonomamente em torno do conde de Samodães e do visconde de Vilar d'Allen e a formar uma Comissão de Defesa dos Interesses do Douro (em 1885). Todavia, a influência política da grande viticultura do Sul (via RACAP)⁹⁷, também afectada pela crise vinícola nacional, e a do comércio exportador do Porto (via ACP) sobrepuseram-se e a maioria dos governos limitou-se, como já foi dito, a tomar medidas pontuais (como nomear comissões, conceder isenções fiscais e facilitar o crédito). E até João Franco, um dos poucos governantes que apoiaram e favoreceram a lavoura duriense⁹⁸, se viu na necessidade de compensar os produtores vinícolas do Sul e o comércio exportador de concessões feitas à viticultura do Douro nos Decretos de 10 e 16 de Maio de 1907. Daí que, logo no mês seguinte, tenha proibido a destilação de vinhos do Douro, o que, tendo em conta os excedentes não beneficiados existentes no Douro, só se compreende como medida de equilíbrio político⁹⁹.

Grande parte da regulamentação publicada durante a República, ou não foi aplicada, ou foi muito deficientemente cumprida, devido à desorganização do sistema administrativo. Depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926, o Estado Novo enquadrou os dispositivos legais preexistentes no modelo corporativo aplicado à região e ao sector do vinho do Porto. A produção, transporte e comercialização do vinho do Porto e dos restantes vinhos foram regulamentados e organizados de molde a conjugar e a «harmonizar», segundo os princípios político-ideológicos de Salazar, os interesses e as relações entre os diferentes corpos sociais.

O RELANÇAMENTO DO COMÉRCIO: SUAS CONDICIONANTES E CARACTERÍSTICAS

As exportações de vinho do Porto subiram de valores médios da ordem dos 157 000 hl/ano em 1855-64 para 254 000 hl em 1865-79, 307 000 hl em 1880-99 e 417 000 hl em 1915-39. Na viragem do século, o comércio conheceu uma ligeira quebra (de cerca de 15 %), mas a exportação média desta fase (260 000 hl em 1900-14) superou, mesmo assim, a do início do ciclo. Os volumes exportados nestes 75 anos (323 000 hl/ano) quase duplicaram os do ciclo anterior (superam-nos em 87 %) e excederam em praticamente 1/4 (23 %) os do início do século XIX (1800-09).

⁹⁶ A cultura do tabaco atingiu o seu ponto máximo no Douro no início do século XX. Até 1915-16 ocupou 207 ha e afectou 996 cultivadores. A partir desta data entrou em recessão rápida, provavelmente devido ao sistema de monopólio.

⁹⁷ Os interesses do Sul dominavam de tal modo a RACAP que os representantes das câmaras e das organizações e associações da lavoura duriense boicotaram (não comparecendo) o 2.º Congresso Vinícola Nacional.

⁹⁸ Reservou a barra do Douro, alargou a demarcação, criou uma Comissão de Viticultura da Região do Douro, destinada a fiscalizar a produção e o comércio dos vinhos generosos, a controlar a entrada de vinhos e aguardente no Douro, a emitir certificados de origem e a ajudar os lavradores, e suspendeu o plantio da vinha.

⁹⁹ Em 1906, a ACP pediu insistentemente a diminuição dos preços da aguardente, o que agora foi satisfeito. Com esta medida calcula-se que anualmente fossem utilizados no benefício do vinho do Porto mais de 300 000 hl de vinhos do Sul destilados.

A recuperação e o relançamento das exportações de vinho do Porto, assim como a expansão que conheceu então o restante comércio vinícola nacional¹⁰⁰, ficaram a dever-se, fundamentalmente, ao crescimento do comércio mundial de bebidas alcoólicas, fruto de subida generalizada do nível de vida das populações europeias e do alargamento do consumo americano. Mas também beneficiaram das quebras da produção verificadas nalguns países produtores (nomeadamente em França, devido à filoxera), bem como da actuação diplomática portuguesa, que permitiu firmar acordos bilaterais e tratados de comércio com os principais países importadores, e da descida dos preços à exportação, que facilitou a concorrência aos vinhos licorosos espanhóis¹⁰¹.

Pelas suas características geoeconómicas, a primeira guerra mundial não afectou o comércio do vinho do Porto, nem tão-pouco o comércio vinícola português¹⁰², e, não obstante os entraves colocados por alguns países¹⁰³, os principais mercados nunca ficaram desabastecidos¹⁰⁴. Por isso, apesar do aumento generalizado da procura europeia e americana e da baixa dos preços, não seria talvez de esperar que o comércio se desenvolvesse tão fortemente no pós-guerra, o que, aliás, veio criar mais tarde falsas expectativas ao sector. As exportações de vinho do Porto aumentaram cerca de 2% ao ano entre 1915-19 e 1925-29 e mantiveram-se elevadas até ao início da segunda guerra mundial¹⁰⁵. A depressão de finais dos

¹⁰⁰ As exportações dos restantes vinhos portugueses aumentaram fortemente até à década de 1920. Subiram de valores médios da ordem dos 100 000 hl em 1865-69 para mais de 1 milhão em 1915-24.

¹⁰¹ A descida dos preços do vinho explica-se quer pela diminuição dos preços à produção, quer pelas misturas de vinhos baratos do Sul, quer ainda pela baixa dos direitos de exportação e pela concessão de prémios de exportação. A utilização de vinhos baratos com menor graduação justificava-se, de certo modo, pelas sobretaxas de importação aplicadas por alguns países aos vinhos com graduação alcoólica elevada. A Inglaterra, por exemplo, penalizava fortemente os vinhos com mais de 17° (pagavam quase o triplo) e a Suécia e a Noruega proibiram durante algum tempo a importação de vinhos com graduação superior a 15°.

¹⁰² As exportações de vinho do Porto subiram de 280 000 hl/ano em 1910-14 para 374 000 hl em 1915-19 e as dos restantes vinhos de 800 000 hl no primeiro quinquénio para 1 100 000 hl no segundo.

¹⁰³ Em 1916, o comércio com os países nórdicos esteve paralisado porque o vinho foi considerado contrabando de guerra. Em 1917, a Inglaterra restringiu por alguns meses as importações vinícolas, a Noruega e a Suécia proibiram as importações de vinhos com mais de 15° e a França proibiu-as totalmente.

¹⁰⁴ Exportação média de vinho do Porto para os principais mercados (em milhares de hectolitros):

Anos	Grã-Bretanha	França	Bélgica	Holanda	Alemanha	Dinamarca	Suécia e Noruega
1910-14	162,7	5,9	4,9	7,4	23,7	5,3	13,1
1915-19	271,1	21,1	2,0	3,2	1,6	15,4	25,9

¹⁰⁵ Subiram de 370 000 hl para 480 000 hl entre 1915-19 e 1925-29 e mantiveram-se acima dos 400 000 hl até à segunda guerra mundial. Nos restantes vinhos, a evolução foi diferente e o comércio decaiu fortemente a partir de meados da década de 1920 (as exportações passaram de 1 milhão de hectolitros em 1920-24 para pouco mais de 400 000 hl em 1930-39), devido, sobretudo, à retracção da procura francesa (a França importara grandes quantidades de vinho de mesa durante a guerra e nos anos imediatamente seguintes), mas também da belga, inglesa, brasileira, etc.

anos 20 e dos anos 30, que provocou um brusco recuo do comércio mundial e do comércio vinícola nacional, não afectou portanto o sector do vinho do Porto¹⁰⁶, o que se explica, provavelmente, pelo tipo de consumo e pelo comportamento dalguns mercados (nomeadamente do francês, belga, holandês e suíço) e também pela maior competitividade do vinho do Porto relativamente aos demais vinhos generosos. Os preços à exportação atingiram então valores extremamente baixos (10\$ o hectolitro a preços constantes de 1890), graças, de certo modo, à política deflacionista seguida por Portugal desde 1924¹⁰⁷.

DIVERSIFICAÇÃO DOS MERCADOS

Para a recuperação e o relançamento do comércio do vinho do Porto contribuiu tanto o comportamento dos mercados britânico e brasileiro (o primeiro duplicou as suas compras e o segundo aumentou-as em cerca de 26 %), como a diversificação e o alargamento da área geográfica do vinho.

Relativamente a 1810-64, exportaram-se nestes 75 anos, em média anual, mais 160 000 hl de vinho. Para este saldo, a Inglaterra concorreu com 42 %, o Brasil com 17 % e a França, Alemanha, Holanda, Bélgica, Suécia, Noruega, Dinamarca, Itália, Rússia, Estados Unidos, Canadá, etc., com 41 %. Isto é, quase metade do crescimento das exportações ficou a dever-se à procura mundial, e não apenas, preponderante ou hegemonicamente, à inglesa.

O alargamento da área geográfica do vinho do Porto foi relativamente lento, embora alguns acidentes naturais (como a filoxera ou os maus anos agrícolas noutros países vinícolas) tenham provocado súbitos empolamentos das exportações para alguns mercados. É o caso, por exemplo, da França, que importou grandes «partidas» de vinho do Porto entre 1881 e 1886, mas que, logo de seguida, retomou os fluxos normais, e da Alemanha, que procedeu de modo idêntico em 1885-94.

Etapas de diversificação dos mercados

1. Exportação média anual (em milhares de hectolitros)

Mercados	1865-79	1880-99	1900-14	1915-39
Inglaterra	167	175	160	255
Brasil	60	73	37	17
França	0,4	9,5	3,9	63
Países nórdicos	4,3	12	18	39
Benelux	1,6	6,5	12	19
Alemanha	6,2	9,5	16	11
EUA	2,4	1,9	1,1	1,5
Colónias	0,1	0,6	2,1	4,2
Outros	12	19	9,6	7

¹⁰⁶ Apenas no que se refere às quantidades exportadas, já que as receitas diminuíram quer em preços reais (de 211 000 contos em 1925-29 para 170 000 em 1930-39), quer em preços constantes de 1890 (desceram de 9400 para 5000 contos no mesmo período).

¹⁰⁷ Os preços internos diminuíram gradualmente até 1928 (cerca de 4,8 % os dos produtos alimentares) e um pouco mais rapidamente entre 1929 e 1931. Em 1934, os preços de intervenção fixados pela Casa do Douro para os vinhos para benefício eram cerca de quatro vezes inferiores aos preços à exportação.

2. Peso dos diferentes mercados

Mercados	1860-69	1870-79	1880-89	1890-99	1900-09	1910-19	1920-29	1930-39
Inglaterra	72	63	50	64	63	65	67	49
Brasil	11	26	33	14	14	11	5	1
França	0,2	0,2	5	1	1	4	8	27
Alemanha	1	3	6	8	5	4	3	3
Suécia e Noruega.....	0,2	1	1	2	4	6	7	7
Dinamarca	0,2	1	1	3	3	3	2	2
Holanda	0,3	0,4	0,4	2	3	2	2	2
Bélgica/Luxemburgo....	0,01	0,1	0,5	1	2	1	3	3
EUA.....	0,5	0,8	0,5	0,6	0,4	0,5	0,02	0,6
Colónias	0,05	0,03	0,08	0,3	0,7	0,8	1	0,6
Outros	14	4	2	4	4	3	2	4

No entanto, no final do ciclo (em 1930-39), o mercado inglês já representava menos de metade do comércio total e a quota dos vinhos portugueses situava-se abaixo dos 20% do consumo britânico de bebidas alcoólicas¹⁰⁸.

O Brasil, por seu lado, desde o início da primeira guerra mundial que ceder a sua posição, primeiro aos países nórdicos e depois à França¹⁰⁹. O comércio com o Brasil teve o seu período áureo entre 1865 e 1884, altura em que as exportações quase atingiram as 30 000 pipas anuais e contribuíram, respectivamente, para 30% a 45% do comércio vinícola português com o Brasil e para 30% do comércio total de vinho do Porto. A partir da década de 1890, a evolução económica e demográfica do País provocou a recessão relativamente acelerada do consumo de vinho do Porto em benefício dos vinhos comuns, cuja importação aumentou rapidamente no final do século passado e no início deste¹¹⁰.

O comércio com a França foi muito irregular até meados da década de 1920, altura em que passou a constituir o segundo destino do vinho do Porto (posição que manteve até à segunda guerra mundial). A França importou quantidades apreciáveis de vinho do Porto em 1881-86, para compensar as perdas da filoxera¹¹¹ e em períodos de crise vinícola¹¹², mas, até aos anos 20 deste século, os contingentes médios exportados para este mercado foram pouco significativos (600 hl/ano na década de 1870, 3700 hl na de 1890, 2900 hl na de 1900 e 6000 hl em 1910-14) e ressen-

¹⁰⁸ Entre 1865 e 1904, os vinhos mais consumidos na Inglaterra foram os franceses (34% do consumo total de bebidas alcoólicas) e espanhóis (32%). Os vinhos portugueses representavam 22% e os alemães 5%. Na década de 1930, a crise económica e financeira e a política aduaneira e comercial seguida pela Inglaterra (pauta geral de 1932 e sistema de preferência imperial) criaram dificuldades crescentes ao vinho do Porto, cuja importação diminuiu 33%.

¹⁰⁹ O comércio com o Brasil desceu de 42 000 hl/ano em 1910-14 para 25 000 hl em 1915-19 e 24 000 hl na década seguinte. O peso deste mercado passou assim de 15% para 6,7% em 1915-19 e para 5% em 1920-29. Em 1915-19, os três países nórdicos importaram 10% do vinho comercializado e em 1920-24, 7%.

¹¹⁰ As exportações de vinhos comuns para o Brasil subiram de pouco mais de 100 000 hl/ano na década de 1870 para 400 000 hl em 1905-14.

¹¹¹ A França importou 11 200 hl/ano em 1881-84 e 42 400 hl em 1885-86. Anteriormente, a média rondava os 1000 hl e posteriormente desceu para valores consideravelmente mais baixos: 6700 hl em 1887-91 e 3100 hl em 1892-99.

¹¹² Como foi o caso, por exemplo, em 1917-18.

ram-se do estado das relações comerciais entre os dois países. Desde a promulgação da pauta portuguesa de 1892 que as relações comerciais entre Portugal e a França estiveram frequentemente interrompidas ou dificultadas pela imposição de sobretaxas ou pela fixação de contingentes, o que, obviamente, se repercutiu na regularidade das exportações de vinho do Porto para a França¹¹³. Esta data sensivelmente de finais da década de 20 e resulta não só da normalização das relações comerciais entre os dois países, mas também do aumento do poder de compra e da modificação dos hábitos alimentares dos Franceses no pós-guerra. O consumo *per capita* de vinho subiu fortemente depois da guerra, o que obrigou a aumentar as importações vinícolas, que subiram do 7.º lugar na lista das importações de produtos alimentares em 1914 para o 3.º lugar em 1931-32 e o 2.º lugar em 1934-35.

O desenvolvimento das exportações para os mercados nórdicos, belga, holandês, alemão, suíço, russo e norte-americano ficou a dever-se também à melhoria das condições económicas e à subida dos padrões de consumo das populações destes países, bem como à acção diplomática portuguesa, que permitiu estabelecer acordos e convénios que facilitaram as importações de vinho do Porto e protegeram e salvaguardaram a marca de origem da concorrência dos falsos *Port wines*, produzidos «nas fábricas de algumas das nações mais cultas da Europa»¹¹⁴. E, por fim, à estratégia comercial de algumas firmas exportadoras. Esta consistiu em exportar vinho com menor graduação alcoólica (misturando os mostos do Douro com vinhos do Sul), não só para satisfazer o gosto dos consumidores, mas sobretudo para corresponder às normas em vigor nalguns países. A Inglaterra e a Bélgica, por exemplo, impunham sobretaxas aos vinhos com graduação alcoólica mais elevada (acima dos 17º a Inglaterra e dos 21º a Bélgica) e a Suécia e a Noruega proibiram em 1917 a importação de vinhos com mais de 15º.

REGULAMENTAÇÃO DO SECTOR

Entre 1865 e 1907, o comércio e a produção de vinho do Porto estiveram totalmente liberalizados ou gozaram de uma grande liberdade de

¹¹³ Em 1911, os dois países assinaram um *modus vivendi* que pôs fim à guerra aduaneira que durava desde 1892 e que concedeu facilidades recíprocas às trocas comerciais entre Portugal e a França. Em 1922 foi acordado um novo *modus vivendi*, que acabou com o direito compensador de 50% *ad valorem* entretanto imposto por Portugal às mercadorias francesas, em troca da possibilidade de se exportar mensalmente um contingente de 5000 hl de vinho do Porto e da Madeira. A França denunciou este acordo em 1923 e sujeitou as importações de vinhos portugueses a tarifas máximas e no ano seguinte proibiu-as totalmente. Em 1925 voltou a assinar-se um *modus vivendi*, favorável sobretudo aos vinhos do Sul. Até 1933, as relações comerciais entre os dois países mantiveram-se relativamente normais, mas neste ano romperam-se de novo devido às campanhas de descrédito do vinho do Porto em França. Em 1934 firmou-se um novo acordo comercial, que sujeitou o vinho do Porto a preços mínimos para evitar a concorrência aos vinhos franceses.

¹¹⁴ José Taveira de Carvalho Pinto de Meneses, *Apontamentos sobre o Comércio Externo de Vinhos*, 1895. A ofensiva diplomática portuguesa destinava-se a fomentar o comércio vinícola em geral, que tinha basicamente os mesmos mercados, embora as posições relativas do vinho do Porto e dos vinhos comuns fossem distintas. Para os vinhos comuns, os principais clientes eram então o Brasil, as colónias e a França.

acção e o Estado pouco interveio no sector e, quando o fez, foi, regra geral, de forma incipiente, incompleta e ineficaz.

De facto, neste período, a demarcação e o regime restritivo estiveram abolidos, a barra do Douro esteve aberta ao comércio de todos os vinhos e a produção, o transporte e a comercialização do vinho não estiveram sujeitos a regulamentação especial¹¹⁵. A situação modificou-se com João Franco, que restaurou a demarcação e o regime restritivo, reservou novamente a barra do Douro para o vinho do Porto, impôs uma nova regulamentação para a produção, venda e exportação do vinho e criou organismos para a sua fiscalização¹¹⁶. No ano seguinte, Calvet de Magalhães ainda publicou a Lei do Fomento Vinícola e criou o Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto e duas novas comissões de controlo e fiscalização do sector¹¹⁷, mas, a partir de 1909, a instabilidade política dificultou a prossecução de qualquer acção coerente relativamente à região e ao sector. Até 1926 (data da criação do Entrepasto de Gaia), muitas das medidas aprovadas por governos mais ou menos transitórios e fracos não tiveram qualquer impacte, já que ou nunca foram postas em execução, ou não foram minimamente cumpridas, como o atesta a frequência com que se publicaram os mesmos regulamentos¹¹⁸. Não obstante, a maioria dos diplomas aprovados e promulgados destinava-se a defender os interesses do comércio exportador, o principal contemplado pela legislação republicana, e poucos governos se preocuparam seriamente com a situação da lavoura duriense¹¹⁹.

Após o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, grande parte da regulamentação existente ou foi recuperada e posta em execução (casos da demarcação, da barra do Douro, do depósito obrigatório e do Entrepasto), ou reformulada de acordo com a nova organização corporativa do sector (Casa do Douro, Grémio dos Exportadores, Instituto do Vinho do Porto)¹²⁰.

¹¹⁵ A bem dizer, a regulamentação publicada neste período sobre o sector do vinho do Porto limitou-se às instruções de Serpa Pimentel sobre o depósito de vinhos do Porto nos armazéns de Gaia (em 1878) e ao decreto de Hintze Ribeiro sobre a graduação alcoólica dos vinhos generosos, que elevou de 16º para 19º (em 1895).

¹¹⁶ Nomeadamente a Comissão de Viticultura da Região do Douro, cujas funções eram: fiscalizar a produção e o comércio dos vinhos generosos; controlar a entrada de vinhos e aguardentes no Douro; registar as propriedades e os exportadores (estes na Alfândega do Porto); passar certificados de origem; proceder ao levantamento estatístico da produção; ajudar os lavradores; etc.

¹¹⁷ As principais alterações introduzidas pela Lei do Fomento Vinícola aos decretos de João Franco constam na redução da área demarcada e na possibilidade de se exportar vinho do Porto por qualquer barra (embora a do Douro continuasse reservada ao vinho do Porto). As duas comissões então criadas foram a Comissão Agrícola e Comercial de Vinhos do Douro (depois do Vinho do Porto) e a Comissão Inspector da Exportação do Vinho do Porto.

¹¹⁸ Comparem-se, entre outros, os Decretos de 16 de Maio de 1907 e de 18 de Setembro e 27 de Novembro de 1908 com os de 7 de Maio de 1914, 18 de Julho de 1918 e 10 de Dezembro de 1921.

¹¹⁹ Ver nota 91.

¹²⁰ A ideia do Entrepasto já se encontrava na legislação promulgada por Costa Cabral em 1843 (portaria de 17 de Março que delimita uma zona para a localização obrigatória dos armazéns que quisessem ser considerados depósitos de vinho do Porto). A Casa do Douro, por sua vez, é a formulação corporativa da Comissão de Viticultura do Douro (criada em 1907-08 e exonerada em 1931) e o Instituto do Vinho do Porto a continuação da Comissão Agrícola e Comercial do Vinho do Porto, criada por Calvet de Magalhães em 1908.

Assim, a Casa do Douro transformou-se no «organismo disciplinador e protector da produção», com atribuições para proceder ao cadastro da região, distribuir o benefício, ratear e fornecer aguardente, financiar a lavoura e fiscalizar a produção e o transporte de vinho dentro da região (para o que emitia guias de trânsito). O Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto, no «organismo disciplinador do comércio», que coordena e vigia a actividade das firmas exportadoras e fixa as existências mínimas. E o Instituto do Vinho do Porto, no órgão de cúpula que disciplina e arbitra as relações entre a produção e o comércio, fixa o benefício e os preços mínimos de intervenção, vigia a qualidade do produto (emite certificados de origem e selos de garantia) e promove e defende internacionalmente o vinho e a marca de origem. Embora posteriormente tenha sido publicada legislação complementar¹²¹, a principal regulamentação corporativa do sector data de 1932-33 e, com ligeiras alterações, manteve-se em vigor até 1974.

Apesar de favorável ao comércio, a legislação salazarista foi relativamente bem aceite pela média e grande lavoura, que beneficiaram com a intervenção da Casa do Douro na compra de vinhos de pasto¹²², com a fixação dos preços de intervenção¹²³ e com o aumento do benefício¹²⁴.

BALANÇO GERAL DO CICLO

Positivo para o sector exportador, que recuperou e se expandiu, em termos não só quantitativos, mas também geográficos. As exportações cresceram 1 % ao ano, graças ao aumento da procura inglesa e brasileira e ao alargamento do consumo na maioria dos países europeus. No final do ciclo, o comércio externo estruturava-se já de forma distinta. Não em função de um único cliente hegemónico, mas de vários mercados com dimensões e características variadas, o que determinou modificações sensíveis no tipo de vinho, que passou a ser fabricado em função do gosto e das exigências dos mercados a que se destinava.

Para a produção, o balanço foi negativo. A crise manteve-se e agravou-se devido às doenças que atingiram os vinhedos do Douro, à concorrência dos vinhos do Sul, à descida dos preços e ao aumento dos excedentes não comercializáveis (que atingiram mais de 360 000 hl por ano entre 1918 e 1939).

O Estado interveio de forma irregular no sector e na região, e grande parte das medidas tomadas durante a Regeneração, a República e o Estado Novo destinaram-se a fomentar e desenvolver, em paralelo, as exportações de vinho do Porto e a dos restantes vinhos portugueses (estabelecimento de tratados e acordos comerciais, concessão de prémios de exportação, abaimento das taxas de exportação, participação em congressos e exposições internacionais, etc.) e a proteger este comércio.

¹²¹ Nomeadamente em 1935, demarcação em altitude, e em 1936, Lei da Vindima, que regulamenta as quantidades máximas e mínimas que podem ser exportadas anualmente por cada comerciante.

¹²² Entre 1933 e 1935 e entre 1937 e 1939, a Casa do Douro escoou mais de metade da produção de vinho de pasto do Douro.

¹²³ Que subiram ligeiramente até final do período.

¹²⁴ O benefício contemplou 44 % da produção em 1932-34 e 42 % em 1935-39.

INTERCICLO (1940 A 1944): COLAPSO DO COMÉRCIO

Contrariamente à primeira guerra mundial, a segunda foi extremamente nefasta para o comércio do vinho do Porto. Não apenas pelas suas repercussões imediatas, que se traduziram na interrupção e na quase paralisação das exportações para os principais mercados¹²⁵, mas também, e sobretudo, pelas suas consequências económicas nos países envolvidos, que afectaram de forma profunda e persistente o comércio externo do vinho do Porto.

Durante os anos da guerra, o comércio caiu abruptamente (diminuiu cerca de 75 % relativamente à década anterior) e quase parou em 1941-42 (a exportação média deste biénio foi de 13 000 hl, enquanto nos cinco anos anteriores excedera os 400 000 hl). O que, mesmo assim, o sustentou foram as enormes compras norte-americanas¹²⁶, o comportamento positivo do mercado suíço¹²⁷ e o crescimento da procura interna¹²⁸.

O comportamento dos mercados americano e suíço e a memória do passado (da primeira guerra mundial), por um lado¹²⁹, e a falta de consciência, por parte do Governo e dos dirigentes dos organismos de coordenação económica do sector, das características específicas deste conflito e da realidade económica dele decorrente, por outro¹³⁰, motivaram previsões irrealistas e falsas esperanças no comércio e na lavoura durienses¹³¹. A recessão foi encarada como um fenómeno conjuntural e passageiro, e por isso não se tomaram com a devida antecedência medidas que pudessem, eventualmente, ter minorado a crise que afectou o sector no pós-guerra e na década de 1950¹³².

¹²⁵ Registraram-se quebras enormes nas exportações para os seguintes países: Dinamarca, -99 %; França, -95 %; Noruega, -91 %; Holanda, -88 %; Bélgica, -88 %; Alemanha, -76 %; Inglaterra, -73 %.

¹²⁶ Em 1943 e 1944, os Estados Unidos importaram mais de 100 000 hl de vinho e entre 1940 e 1944, 50 000 hl (valores médios anuais), o que constituiu um salto enorme relativamente ao que era hábito comprarem (2000 hl a 3000 hl).

¹²⁷ A Suíça aumentou 36 % as suas importações.

¹²⁸ O mercado interno absorveu quase 8 % do vinho comercializado. O consumo interno subiu de 8900 hl em 1939 para 16 000 hl em 1944.

¹²⁹ Recorde-se que, quando a primeira guerra mundial terminou, as exportações cresceram rapidamente, embora, durante a guerra, os mercados nunca tivessem estado, nem de longe, tão desabastecidos como agora.

¹³⁰ Durante muito tempo não houve a percepção de que a Europa estava exausta e destruída económica, social e demograficamente e que o pós-guerra iria ser difícil. Não se teve em conta que era preciso reconstruir cidades e fábricas e que iria levar muito tempo até que o nível de vida das populações lhes permitisse retomar antigos hábitos de consumo. Note-se que só em 1947, pela primeira vez, um comunicado da Casa do Douro se refere, ainda que de forma ambígua, à crise económica europeia decorrente «do esforço titânico que teve de desenvolver durante a última guerra».

¹³¹ O IVP e a Casa do Douro estavam convencidos de que, como os principais mercados consumidores estavam desabastecidos de vinho, assim que a guerra terminasse, o comércio recuperaria rapidamente e até, provavelmente, suplantaria os valores do período anterior à guerra. Daí que em 1944 tenha sido autorizado um benefício muito elevado (60 000 pipas), pois, na previsão dos «melhores dias que se avizinham», era preciso aumentar as existências. Note-se que o benefício contemplara nos últimos três anos 21 % da produção e que apenas 47 % do vinho beneficiado fora exportado.

¹³² Nomeadamente, não se teriam, seguramente, permitido novas plantações de vinha (em 1944).

O colapso do comércio durante os anos da guerra repercutiu-se imediatamente no sector produtivo através da descida dos preços (em moeda deflacionada)¹³³, do aumento dos excedentes não beneficiados (78 % da produção total entre 1941 e 1945) e das existências (entre 1940 e 1944, as existências de vinho beneficiado na posse da lavoura subiram de 240 000 hl para 660 000 hl). Para evitar o alastramento da crise, o Governo, via Casa do Douro, interveio em apoio da lavoura, comprando vinho de pasto, aumentando o rateio de aguardente do Douro e a percentagem legal de vinho destinado ao consumo do Porto e autorizando o benefício em regime de bloqueio¹³⁴.

Quando a guerra terminou, a lavoura e o comércio durienses estavam em situação de ruptura eminente, com os seus armazéns cheios de vinho que não conseguiam vender, mas plenos de confiança na «notória avidez das populações dos países habituais importadores de vinho do Porto»¹³⁵.

4.º CICLO (1945 A 1987): RECUPERAÇÃO, EVOLUÇÃO E EXPANSÃO

As esperanças numa rápida recuperação das exportações de vinho do Porto no pós-guerra foram vãs e o final da década de 1940 e toda a década de 1950 foram tempos difíceis para o sector. A situação da economia europeia, desfalecida e dependente da ajuda americana, não foi favorável ao comércio dos produtos não essenciais, nos quais se inclui o vinho do Porto. O consumo europeu manteve-se estagnado e muito baixo até aos anos 60 e o mercado americano não correspondeu às expectativas criadas durante a guerra. As importações americanas diminuíram abruptamente a partir da segunda metade da década de 1940¹³⁶ e a procura europeia ficou muito abaixo dos valores habituais até à década de 70. Relativamente a 1930-39, as importações francesas, inglesas e norueguesas baixaram mais de 50 % nos vinte anos que se seguiram ao fim da guerra, as dinamarquesas quase 20 % e as alemãs e holandesas cerca de 5 %¹³⁷. A situação foi

¹³³ Em moeda corrente, os preços de intervenção da Casa do Douro sobem de 600\$ a pipa para 1600\$ entre 1939 e 1944. O período de 1939 a 1946 foi, no entanto, de inflação generalizada e, enquanto os preços dos produtos agro-alimentares subiram 2,4 vezes, os do vinho do Porto aumentaram 2,6 vezes.

¹³⁴ Em 1942 e 1943, a Casa do Douro escoou mais de metade da produção de vinho de pasto do Douro, parte do qual foi destilado e utilizado no benefício do vinho do Porto. O rateio obrigatório de aguardente do Douro (75 l em 1941, 50 l em 1942 e 1944 e 55 l em 1943) permitiu colocar, destilados, cerca de 800 000 hl de vinho de pasto (32 % da produção de 1941 a 1944). O consumo do Porto foi elevado para 30 % em 1941 e para 40 % em 1948, o que facilitou a colocação de mais alguns milhares de hectolitros de vinho de pasto. Quanto ao benefício em regime de bloqueio, ele permitiu transformar em vinho do Porto mais cerca de 4 % da produção regional (2 % em 1941 e 5 % em 1944).

¹³⁵ Em 1946, o clima de optimismo que reina no sector exportador é tal, que muitos negociantes aumentam as suas compras de vinhos generosos de boa qualidade.

¹³⁶ Baixaram de 50 000 hl em 1940-44 para 7500 hl em 1945-49, 4400 hl em 1950-54 e 3600 hl em 1955-59.

¹³⁷ Entre 1930-39 e 1945-64 baixam as exportações para a França (menos 63 %), Inglaterra (menos 62 %), Noruega (menos 59 %), Dinamarca (menos 19 %), Alemanha (menos 6 %) e Holanda (menos 4 %) e aumentam nos casos da Suécia (mais 72 %), Bélgica (mais 120 %), Suíça (mais 130 %) e Itália (mais 250 %).

inversa no que toca aos mercados sueco, suíço, belga e italiano, mas o incremento do comércio com estes países pouco ajudou à recuperação do sector, já que se tratava de quantidades relativamente diminutas, que, em conjunto, não representavam mais de 10% das exportações totais da década de 1930.

Ao contrário dos restantes vinhos portugueses, cujo comércio recuperou logo após a guerra e cresceu até finais da década de 1960¹³⁸, no vinho do Porto, os primeiros sinais encorajadores datam precisamente dos anos 60. Em 1967 deixa de se fazer o rateio obrigatório de aguardente do Douro, o que é sintomático da inversão da tendência depressiva do sector, e, em finais da década, as receitas (a preços constantes de 1890) igualam os valores máximos dos anos 1920-30, mas só dez anos mais tarde o mesmo se passa com os volumes exportados¹³⁹. A partir de então, todo o sector entra numa nova fase de expansão e de evolução. Evolução ao nível dos mercados, das formas de comercialização e do tipo de produto. E expansão da produção (aumenta a produção total e o benefício), das exportações, do consumo interno (de vinho do Porto e dos vinhos de mesa do Douro) e dos preços (à produção e à exportação).

Crescimento, evolução e expansão do sector do vinho do Porto (alguns indicadores)

Indicadores (a)	1945-64	1965-79	1980-86
1. Produção total	946 000 hl	1 123	1 128
2. Benefício	187 000 hl	425	510
3. Exportação	321 000 hl	406	605
4. Comércio interno	17 000 hl	53	80
5. Receitas (preços constantes de 1890)	6 400 contos	24,5	69,5
6. Preços à produção (correntes/pipa)	1 900 contos	7,9	51,5
7. Preços à exportação (constantes/ /pipa)	151\$	332\$	632\$
8 Exportação de vinho engarrafado ...	8 %	21%	67%
9. Mercados:			
Inglaterra	34 %	20%	12%
França	18 %	38%	41%
Benelux	17 %	14%	25%
Países nórdicos	11 %	8%	5%
Alemanha	5 %	8%	6%

(a) Valores médios anuais dos períodos.

Embora o vinho do Porto tenha vindo gradualmente a perder peso no contexto do comércio externo português (passou de 7% das receitas em 1945-49 para 3% em 1985-86), a sua importância económica e social fez e faz que o Estado continue a intervir com relativa regularidade na região e no sector. Até 1974 fê-lo normalmente através dos organismos corporativos de coordenação económica, IVP, Casa do Douro e grémios, posteriormente extintos (os grémios em 1974) ou reorganizados (a Casa do Douro e o IVP em 1975 e 1976).

¹³⁸ As exportações dos restantes vinhos portugueses subiram de 465 000 hl/ano em 1935-44 para 780 000 hl em 1945-49, 910 000 hl em 1950-54, 1 500 000 hl em 1955-64 e 2 200 000 hl em 1965-69. A partir de 1970 começaram a decair e actualmente não chegam a atingir os 800 000 hl (1985-86).

¹³⁹ Veja-se o comportamento das duas curvas no gráfico 1.

Durante os anos difíceis de recuperação do colapso da guerra, o IVP tentou repartir, de forma aparentemente equitativa, encargos e prejuízos pela lavoura e pelo comércio. A este impôs o rateio obrigatório de aguardente do Douro (entre 1954 e 1966 só se puderam beneficiar os mostos com aguardente do Douro) e de parte do *stock* de vinho beneficiado da Casa do Douro¹⁴⁰ e alterou as normas relativas à sua capacidade de venda e exportação e às existências em armazéns¹⁴¹. À lavoura impôs cortes no benefício, que só contemplou menos de 1/5 da produção entre 1945 e 1959 e menos de 1/4 na década de 1960¹⁴², e fixou preços muito baixos para os seus vinhos: 1600\$ a 1700\$ a pipa entre 1944 e 1951 e 2100\$ a 2200\$ entre 1952 e 1966¹⁴³. Em contrapartida, voltou a autorizar o benefício em regime de bloqueio (em 1952), aumentou o limite fixado para o consumo do Porto (em 1948) e facultou à Casa do Douro os meios necessários para que esta interviesse nos vinhos de pasto do Douro¹⁴⁴. Em 1951, por exemplo, a Casa do Douro comprou toda a produção dos pequenos produtores de menos de 10 pipas.

Depois de 1974, a intervenção do Estado no sector e na região limitou-se, praticamente, à extinção ou remodelação dos organismos corporativos e de coordenação económica e à defesa dos interesses da lavoura, consubstanciados na criação do Entrepasto da Régua (em 1978) e na autorização para que de novo se pudesse exportar directamente a partir do Douro (em 1986-87).

RECUPERAÇÃO E EXPANSÃO DO SECTOR

O comportamento dos principais mercados do vinho do Porto no pós-guerra condicionou, como se viu, a recuperação do sector do colapso em que caíra em 1940-45. As quantidades exportadas subiram praticamente para o dobro logo na segunda metade da década de 1940 (passaram de 110 000 hl/ano para 210 000 hl), mas depois estabilizaram nos 230 000 hl/260 000 hl até meados dos anos 60. A Inglaterra, a França e os países nórdicos foram os principais responsáveis por esta situação. A primeira bai-

¹⁴⁰ Em 1949, o comércio foi obrigado a comprar todo o vinho autorizado a ser beneficiado, «excepto aquele que alguns felizes proprietários abastados do Douro possam e queiram beneficiar por sua conta e risco», e a Casa do Douro autorizada a ratear 4500 pipas de vinho beneficiado do seu *stock*, para que pudesse «assistir» à lavoura. Em 1950, os exportadores foram obrigados a comprar anualmente à Casa do Douro uma quantidade de vinho equivalente a 10% das suas vendas do ano anterior e em 1951 foram introduzidas pequenas alterações a esta lei.

¹⁴¹ Nomeadamente em 1957 (Decreto de 21 de Abril), em 1959 (Decreto de 21 de Outubro) e em 1970 (Decreto de 4 de Maio).

¹⁴² Os lavradores viram-se assim a braços com quantidades crescentes de vinhos de pasto, pois a produção regional aumentou e manteve-se elevada desde finais da década de 1940. Passou de 750 000 hl/ano em 1945-49 para 870 000 hl em 1950-54, 980 000 hl em 1955-59 e 1 100 000 hl de 1960 para cá.

¹⁴³ Preços mínimos de intervenção da Casa do Douro para os mostos para benefício da classe A. Os preços à produção eram cerca de quatro vezes inferiores aos preços à exportação, que também pouco oscilaram entre 1945 e 1970 (variaram entre os 7 e os 8,9 contos a pipa). Segundo fontes coevas, os custos de produção aumentaram entre 20% e 25% por volta de 1947.

¹⁴⁴ Ver nota 140.

xou as suas importações de 255 000 hl/ano em 1915-39 para 78 000 hl em 1945-64. A segunda, de 63 000 hl para 41 000 hl. E os últimos, de 39 000 hl para 25 000 hl. O aumento das exportações para outros mercados, nomeadamente para a Bélgica, Holanda, Alemanha, Suíça e Itália, não chegou para contrabalançar as perdas sofridas naqueles¹⁴⁵.

A recuperação foi portanto lenta e o sector manteve-se em crise até meados da década de 1960. No comércio, em virtude da retracção da procura externa e do aumento dos *stocks*, em consequência da Lei do Terço¹⁴⁶ e das compras forçadas à lavoura e à Casa do Douro. E na lavoura, devido à diminuição do benefício e dos preços. Estes mantiveram-se baixos durante muito tempo¹⁴⁷, tanto para os mostos para benefício, como para os de pasto, e aquele foi muitíssimo reduzido até 1960 (menos de 40 000 pipas) e insuficiente para as necessidades do sector até 1965 (50 000 pipas). A lavoura ficou assim cheia de vinho de pasto com pouco valor comercial¹⁴⁸, o que, não obstante a intervenção da Casa do Douro, levou à ruína inúmeros pequenos e médios viticultores¹⁴⁹.

A partir da década de 1960, a conjuntura internacional começou a mostrar-se favorável para o comércio dos produtos de consumo não essencial. Os rendimentos *per capita* da maioria dos países ocidentais aumentaram mais de 100 % na década de 1960 (excepto na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde os aumentos foram inferiores, respectivamente 50 % e 68 %, e no Japão, onde foram consideravelmente superiores, 300 %) e o consumo privado da França, Itália, Holanda, Bélgica, Alemanha e Suíça subiu cerca de 5 % entre 1965 e 1973¹⁵⁰. O crescimento económico da Europa, o aumento do poder de compra das populações e a evolução dos seus hábitos de consumo estimularam o comércio do vinho do Porto na maioria dos países¹⁵¹. A França aumentou substancialmente as suas importações (embora na lista dos principais importadores mundiais de bebidas alcoólicas se encontre em 5.º lugar, atrás dos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e Benelux¹⁵², assim como a Itália, o Benelux e, mais recentemente, a União Soviética.

A tendência manteve-se na década de 1980 e a França é presentemente o principal importador mundial de vinho do Porto (com 40 % do comércio total), seguida pelo Benelux (25 %) e pela Inglaterra (12 %). Neste último

¹⁴⁵ Relativamente a 1915-39, em 1945-64, a Inglaterra, a França e os países nórdicos importaram anualmente, em média, menos 213 000 hl de vinho do Porto e a Bélgica, Holanda, Alemanha, Suíça e Itália mais 28 000 hl.

¹⁴⁶ Lei que obriga os exportadores a apenas exportarem 1/3 dos vinhos em depósito e adquiridos.

¹⁴⁷ Os preços só começaram a ser compensadores a partir de 1973-74.

¹⁴⁸ O preço médio dos melhores vinhos de pasto era cerca de 60 % do preço mínimo dos mostos para benefício da classe A.

¹⁴⁹ Mais de 75 % dos viticultores durienses produzem, em média, menos de 5 pipas e o benefício praticamente não contempla este escalão de produtores (menos de 1 % do benefício total).

¹⁵⁰ Na Grã-Bretanha subiu apenas 2,9 %.

¹⁵¹ Em 1967, a Europa representava 22 % da população mundial e 38 % dos rendimentos planetários e os países da CEE controlavam mais de 24 % do comércio mundial.

¹⁵² Em primeiro lugar surgem os Estados Unidos, com mais de 30 %; depois a Alemanha e a Inglaterra, com 10 % cada; a seguir o Benelux, com 9 %; em quinto lugar a França, com 6 %; e em sexto lugar o Japão, com 3 %.

**Crescimento das exportações para os principais mercados
(média anual em milhares de hectolitros)**

Anos	Inglaterra	França	Bélgica	Holanda	Alemanha	Países nórdicos	Suiça	Itália	EUA	URSS
1945-64....	78	41	31	9	12	25	7	0,7	5	—
1965-79....	82	156	31	27	34	34	6	14	3	12 (a)
1980-86....	74	246	96	51	33	31	6	27	7	17

(a) Referente apenas a 1975-79.

país, que foi, durante mais de dois séculos e meio, o primeiro consumidor mundial de vinho do Porto, bebe-se hoje em dia menos vinho do Porto do que no mercado interno. Em 1985-86, o consumo inglês foi de 76 500 hl e o interno de 82 700 hl.

O crescimento e a expansão do comércio interno e externo do vinho do Porto¹⁵³ trouxeram de novo a prosperidade à lavoura, patente nas novas plantações e na recuperação dos mortórios. O benefício aumentou substancialmente, contemplando presentemente 120 000 pipas (mais de metade da produção regional)¹⁵⁴, e os preços subiram para valores bastante compensadores. Em 1987, o hectolitro de mosto da classe A valia cerca de 15 contos e o da classe E pouco menos (menos 12 %, o que constitui a menor diferença de sempre), o que representa o triplo do preço pago pelo melhor vinho de pasto.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DO VINHO

A natureza fez o vinho, costumam dizer os panfletos de propaganda do produto. No entanto, ela «limitou-se» a oferecer as condições naturais e específicas, mas foram os homens que fizeram este particular vinho. O mercado fez o vinho, que nunca foi o mesmo ao longo do tempo. Já em 1754, na «Carta com as novas instruções da feitoria inglesa» e na «Resposta dos comissários veteranos», se dizia que o vinho estava substancialmente diferente daquele que tradicionalmente era produzido na região, o que também não correspondia à verdade, já que a adição de aguardente para interromper a fermentação era então uma prática relativamente recente. Depois, as quantidades de aguardente adicionada foram aumentando e actualmente atingem os 115 litros por pipa. A graduação alcoólica, por sua vez, tem vindo a baixar gradualmente, como se pode ver pela sobrevalorização aplicada aos mostos com mais de 11°¹⁵⁵. Assim, o vinho

¹⁵³ As exportações cresceram 22 % em 1965-69, 30 % no quinquénio seguinte, 17 % em 1975-79, 25 % em 1980-84 e 14 % em 1985-86. Os preços à exportação (preços constantes de 1890) aumentaram 1,7 vezes em 1970-74, 1,6 vezes em 1975-79 e 1,3 vezes em 1980-84. As receitas (também preços constantes) subiram 130 % em 1970-74, 90 % em 1975-79, 58 % em 1980-84 e 17 % em 1985-86. E o consumo interno aumentou 300 % entre 1960-64 e 1980-81.

¹⁵⁴ Os vinhos não beneficiados conheceram também nos últimos tempos uma grande expansão. O seu consumo aumentou bastante e algumas marcas vendem-se por preços quase tão elevados como os bons vinhos do Porto.

¹⁵⁵ A diminuição da graduação dos mostos é consequência do aumento da produtividade de algumas novas castas e do enxerto com bacelos americanos (utilizado no combate à filoxera).

evoluiu e foi sendo «fabricado» com mais ou menos cor e maior ou menor teor alcoólico, em função do gosto dos mercados, do interesse dos agentes económicos (produtores e exportadores) e das pautas alfandegárias e regras de importação de cada país. Actualmente, a França adquire sobretudo vinhos baratos, logo, menos trabalhados (com menos tempo de estágio e de envelhecimento) e de menor qualidade, e a Inglaterra preferentemente *vintages* e *late bottled*.

Evoluiu o produto, mas também a forma de o comercializar. Até à década de 1970, praticamente só se exportava vinho a granel (excepto para o Brasil e os Estados Unidos), embora na década de 1960 se tenha verificado uma evolução neste tipo de exportação e os cascos de madeira tenham sido progressivamente substituídos por contentores (em 1975, 90 % do vinho exportado a granel ia já em contentores). Todavia, a principal evolução encontra-se na exportação de vinho com valor acrescentado, isto é, engarrafado na origem¹⁵⁶. Em 1975 apenas 25 % do vinho exportado era engarrafado, mas desenvolveu-se rapidamente e presentemente quase 80 % do vinho enviado para o mercado internacional vai em garrafas. Alguns países ofereceram resistência à importação de vinho engarrafado, nomeadamente a Inglaterra, Holanda, Suécia e Suíça, mas, hoje em dia, ela é maioritária em quase todos (excepto na Suíça)¹⁵⁷.

E, por último, evoluiu a própria estrutura comercial. Algumas casas exportadoras aumentaram os seus investimentos no Douro e compraram grandes quintas para produzirem directamente parte do vinho que exportam e comercializam. E aumentaram as fusões entre firmas e casas exportadoras. O número de firmas comerciais diminuiu para menos de metade desde 1930. Em 1934-35 havia à volta de 113 casas exportadoras e actualmente existem 43, associadas em 22 grupos de decisão.

BALANÇO GLOBAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

O balanço global, quer deste ciclo, quer de todo o período analisado, parece-nos inegavelmente positivo, apesar dos contratempos e «acidentes de percurso» e de, poucas vezes, a situação se ter apresentado igualmente favorável para todo o sector.

De facto, excepto nos últimos quinze anos, no terceiro quartel do século XVIII e na viragem de Seiscentos para Setecentos, raramente a situação foi ao mesmo tempo positiva para a produção e para o comércio. Durante a maior parte do tempo ou foi de crise generalizada (caso da primeira metade do século XIX e das décadas de 1940 e 1950), ou de recessão num sector (produção) e expansão noutro (comércio).

A verdade é que foi o comércio, mais propriamente a exportação, que condicionou a produção, ou, por outras palavras, foi o mercado que fez

¹⁵⁶ Em 1985, os preços médios unitários à exportação foram os seguintes: granel, 232\$ o litro; garrafas, 333\$ o litro.

¹⁵⁷ Em 1985, a situação nos diferentes mercados era a seguinte: em França, 85 % do vinho do Porto importado era vinho engarrafado; na Bélgica, 67 %; na Holanda, 58 %; na Inglaterra, 61 %; na Dinamarca, 71 %; na Suécia, 67 %; no caso da Suíça é minoritária a parte do vinho do Porto engarrafado: 27 %.

o produto. E os produtores tiveram relativamente pouca influência no mercado, bem menos até do que os comerciantes.

Assim, os ciclos históricos do comércio, tal como foram definidos, têm a distingui-los forças do mercado internacional e acabam por quase coincidir com os ciclos históricos da produção.

A organização do sector do vinho do Porto, peculiar no contexto das actividades económicas, reflecte, em última análise, o modo como o Estado, as forças sociais e os interesses se foram organizando ao longo dos tempos, com vista à sua adaptação ao comércio externo.

O Estado, regra geral, protegeu mais o comércio do que a lavoura. Porque aquele é que fazia entrar divisas e determinava a produção; porque estava mais organizado e dispunha de maior força de pressão. De qualquer modo, acudir à produção significou, quase sempre, retirar privilégios, lucros e liberdade ao comércio e poucos governos ousaram ou tiveram força política para o fazer. Depois de 1974, o sector foi reestruturado e a produção passou a gozar de maior liberdade e de mais peso nas decisões.

Presentemente, a prosperidade é geral. Abrem-se novos mercados (Japão), alarga-se o consumo noutros com enormes potencialidades (EUA e URSS) e desenvolve-se o comércio interno dos vinhos de mesa do Douro, que têm vindo a conhecer uma valorização e procura crescentes.

Dois factos novos merecem referência. Por um lado, a cada vez mais viva concorrência no sector de bebidas. A maior parte dos vinhos espirituosos tem mesmo conhecido decréscimos, o que não aconteceu ainda com o vinho do Porto. Por outro lado, a adesão de Portugal à CEE veio colocar o sector do vinho do Porto ao abrigo da legislação europeia e da sua política comum. Não é possível prever o que acontecerá nas próximas décadas, mas estas tendências recentes, a que se acrescentam o aumento da procura, a subida permanente dos preços e os novos mercados potenciais, obrigarão, seguramente, a reexames da organização do sector, cujos princípios estruturantes têm origem em situações e doutrinas de há décadas.

ANEXO

Evolução da produção e do comércio do vinho do Porto (por períodos)

1. PRODUÇÃO

Períodos	Produção total da região (média anual em milhares de hectolitros)	Mosto beneficiado (percentagem)
1.º: 1772 a 1810(a)	258,8	(b)
2.º: 1811 a 1864	364,4(c)	45(d)
3.º: 1865 a 1939	861,9(e)	43(e)
Interciclo: 1940 a 1944	778,8	27
4.º: 1945 a 1987	1 023,6	31
Total	584,6	35

(a) Os arrolamentos só principiaram a ser feitos em 1772.

(b) Os dados disponíveis reportam-se apenas ao vinho arrolado. Não é possível estabelecer com continuidade as quantidades aprovadas em primeira.

(c) Não há dados para os anos de 1834 a 1837, inclusive.

(d) O valor refere-se ao período posterior a 1838.

(e) Não há arrolamentos entre 1865 e o início do século xx. Também faltam os dados relativos aos anos de 1927 a 1931, inclusive.

2. COMÉRCIO

a) Quantidades exportadas

Períodos	Exportação global do período (em milhares de hectolitros)	Média anual (em milhares de hectolitros)
1.º: 1678 a 1810	15 318,6	116,0
2.º: 1811 a 1864	9 491,0	172,5
3.º: 1865 a 1939	24 258,0	323,4
Interciclo: 1940 a 1944	781,0	156,2
4.º: 1945 a 1987	14 947,5	355,8
Total	64 796,1	209,6

b) Receitas

Períodos	Receita média anual (em milhares de contos)		Receita total (preços constantes)	Percentagem das receitas do comércio vinícola nacional	Percentagem das receitas do comércio externo nacional (a)
	Preços correntes	Preços constantes			
1.º: 1776 a 1810	3,1(b)	3,1	50,1	69,2(c)	14,7
2.º: 1811 a 1864	4,0(d)	4,0	186,7	80,2(e)	34,1
3.º: 1865 a 1939	48,2	5,7	3 620,1	69,3	23,1
Interciclo: 1940 a 1944	122,7	2,6	613,7	48,3	4,6
4.º: 1945 a 1987	3 060,7	23,4	128 553,0	59,5	3,6
Total	722,9	9,0	133 023,6	59,7	18,8

(a) Média das médias anuais.

(b) Os valores referem-se apenas aos anos de 1776, 1777 e 1796 a 1809.

(c) Relativo ao ano de 1799.

(d) Não inclui os anos de 1831 a 1837 e de 1863 e 1864.

(e) Corresponde aos anos de 1819 a 1828, de 1842 e 1843, de 1848, 1851, 1854 a 1856 e de 1861.

c) Mercados externos

(Valores expressos em milhares de hectolitros)

Mercados externos	1.º período (1678 a 1809)		2.º período (1810 a 1864)		3.º período (1865 a 1939)		Interciclo (1940 a 1944)		4.º período (1945 a 1986)		Total (309 anos)	
	Exportação média anual	Percentagem da exporta- ção total	Exportação média anual	Percentagem da exporta- ção total	Exportação média anual	Percentagem da exporta- ção total	Exportação média anual	Percentagem da exporta- ção total	Exportação média anual	Percentagem da exporta- ção total	Exportação média anual	Percentagem da exporta- ção total
Grã-Bretanha ...	109,3	94,2	132,8	76,9	197,0	60,9	55,6	35,5	78,9	22,1	129,7	61,8
Brasil	1,02	0,8	19,7	11,4	44,6	13,7	4,3	2,7	2,2	0,6	15,1	7,2
França	(a)	—	(a)	—	24,5	7,5	5,6	3,5	116,3	32,6	21,8	10,4
Benelux	(a)	—	(a)	—	10,7	3,3	3,1	1,9	64,5	18,1	11,4	5,4
Países nórdicos .	(a)	—	(a)	—	20,6	6,3	7,5	4,8	28,7	8,0	9,0	4,3
Alemanha	(a)	—	(a)	—	10,8	3,3	3,1	1,9	23,3	6,5	5,8	2,7
EUA	(a)	—	(a)	—	1,7	0,5	50,2	32,1	4,3	1,2	1,8	0,8
Suiça	(a)	—	(a)	—	(b)	—	9,9	6,3	6,6	1,8	1,0	0,5
Colónias	(a)	—	(a)	—	1,7	0,5	2,7	1,7	2,0	0,5	0,7	0,3
Outros	5,6	4,8	20,0	11,5	11,8	3,6	14,2	9,0	29,0	8,1	13,3	6,3
Total ..	116,0	100,0	172,5	100,0	323,4	100,0	156,2	100,0	355,8	100,0	209,6	100,0

(a) Séries contínuas somente a partir de 1865.

d) Mercado interno

(Valores expressos em milhares de hectolitros)

Períodos	Consumo médio anual	Percentagem do total de vinho do Porto comercializado
(a)	(a)	(a)
1940-44	13,4	7,7 %
4.º: 1945 a 1987	40,1	10,1 %
Total	37,2	9,9 %

(a) Só dispomos de séries contínuas a partir de 1939.

Mercados do Vinho do Porto

(Média anual)

[GRÁFICO 2]

Milhares de hl

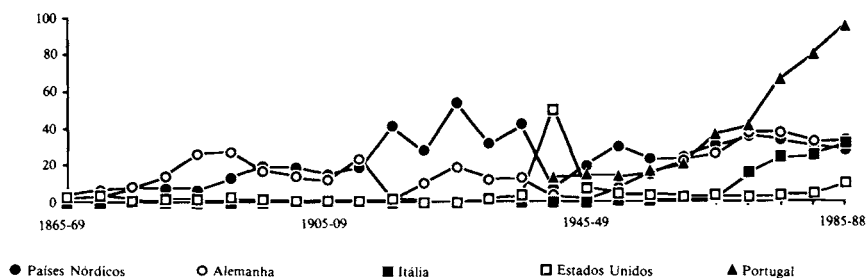


Mercados do Vinho do Porto

(Média anual)

[GRÁFICO 3]

Milhares de hl



Mercados do Vinho do Porto

(Média anual)

[GRÁFICO 4]

Milhares de hl

